



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I**

**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
DEPARTAMENTO EDUCAÇÃO**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FORMAÇÃO DE PROFESSORES

ITAMARA WESKLA BARBOSA ALVES DE BRITO

**A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL: UMA
PROPOSTA INTERDISCIPLINAR NO ENSINO MÉDIO/ECIT EM ITABAIANA-
PB/2021.**

**CAMPINA GRANDE - PB
2021**

ITAMARA WESKLA BARBOSA ALVES DE BRITO

**A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL: UMA
PROPOSTA INTERDISCIPLINAR NO ENSINO MÉDIO/ECIT EM ITABAIANA-
PB/2021.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Mestre em Formação de Professores.

Área de concentração: Educação.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Paula Almeida de Castro.

**CAMPINA GRANDE - PB
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B862e Brito, Itamara Weskla Barbosa Alves de.
A educação patrimonial e o ensino de história local [manuscrito] : uma proposta interdisciplinar no Ensino Médio/ECIT em Itabaiana-PB/2021 / Itamara Weskla Barbosa Alves de Brito. - 2021.
96 p. : il. colorido.

Digitado.
Dissertação (Mestrado em Profissional em Formação de Professores) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2022.
"Orientação : Profa. Dra. Paula Almeida de Castro, Departamento de Educação - CEDUC."
1. Ensino de História. 2. Educação Patrimonial. 3. Interdisciplinaridade. 4. Patrimônio histórico. I. Título
21. ed. CDD 372.89

ITAMARA WESKLA BARBOSA ALVES DE BRITO

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL: UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR NO ENSINO MÉDIO/ECIT EM ITABAIANA-PB/2021.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Mestre em Formação de Professores.

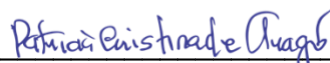
Área de concentração: Educação.

Aprovada em: 22/12/2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Paula Almeida de Castro (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof(a). Dr(a). Patrícia Cristina de Aragão Araújo
Examinador(a) Interno(a) (PPGECM /UEPB)



Prof(a). Dr(a). Regina Coelli Gomes Nascimento
Examinador(a) Externo(a) (UFCG)

Dedico aos meus que estão na memória.
Aos que são meu presente,
E aos que compõem a minha história.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que me estimularam a estar aqui, finalizando essa etapa da minha carreira acadêmica. Denominá-los individualmente é insuficiente, mas em linhas gerais, minha mãe, minha avó, meus irmãos, minhas tias, meus tios, primos, meu pai: muito obrigada a todos vocês que é a minha rede de apoio familiar, que foram, são e sempre serão minha base, meu Norte, meu ponto cardeal.

A minha orientadora, pelo acolhimento, indicações de leitura e orientações. Mais que isso: pela amizade, pelo afeto, pela troca. Por ser minha “mãe acadêmica” e por me ensinar além. Gratidão hoje e sempre.

À Escola Cidadã Integral Técnica Estadual de Itabaiana Dr. Antônio Batista Santiago por permitir que o desenrolar da pesquisa se desenvolvesse dentro da perspectiva contextual dessa escola.

Ao professor Alex Alves, que é um grande amigo, incentivador e exemplo profissional e pessoal para mim. Sem ele este trabalho não se desenvolveria, pois sequer eu estaria nessa área de ensino. Minha gratidão crescente e em constância quantitativa a você.

Aos professores das disciplinas que acrescentaram imensamente na minha formação e escrita. Aos professores Patrícia Aragão e João Bueno pelas correções na banca de qualificação.

Aos colegas de turma que dividimos tantas experiências, em especial para aqueles que os laços se estreitaram e o afeto passou a ser mútuo. Gisllayne, Paula, Joélica, Karla: vocês são luz e eu sou muito grata por dividir a caminhada com vocês. A minha amiga Nádia, que me ajudou tanto durante todo trajeto do mestrado, compartilhando trabalhos e experiências, alegrias e aflições: gratidão!

Agradeço ao pessoal do IBGE, que me incentivaram a fazer a inscrição e me deram total apoio e estímulo para continuar: David, Luiz, Diógenes, Handerson, Suélida, Yasmim, Sibelle... os que passaram e os que ficaram na minha vida. Meus agradecimentos.

Ao meu avô Levi (*in memória*) por me fazer sentir que onde ele estiver, terá orgulho de mim. Do levar e buscar da escola até as madrugadas de espera pelo ônibus nas idas e vindas da Universidade. Por tudo que não fui capaz de definir, só de sentir, e por ser o maior incentivador disso tudo até o fim: sou imensamente grata!

Ao meu esposo, que não serei capaz de definir em palavras e elas não conseguirão expressar o quanto sou grata pelo suporte emocional e psicológico que ele dedicou para me fazer chegar até aqui: toda minha gratidão, admiração e amor.

E, por fim, agradeço a algo superior a existência humana, que vai além do que consigo entender e definir, mas que colocou na minha vida pessoas tão especiais.

"A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens".

Jacques Le Goff.

RESUMO

O trabalho propõe uma abordagem de ensino sobre a cidade de Itabaiana, para alunos do ensino médio regular, através de uma disciplina eletiva na escola integral, dentro da perspectiva do novo ensino médio, visando à contribuição da consciência crítica, no âmbito social, cultural, histórico e patrimonial acerca da cidade. Para o desenvolvimento da pesquisa e aplicação da mesma, serão utilizados como aporte teórico-metodológico autores que desenvolvem trabalhos na área da Pesquisa-Ação, como por exemplo, Thiollent (2011), ressaltando a importância desse método com um dos instrumentos que mais podem contribuir com as pesquisas aplicadas e interventivas que são realizadas nos mestrados profissionais na área do ensino. Através da entrevista um professor de História avaliou as condições e viabilidade da aplicação da ementa elaborada com o intuito de ilustrar e nortear a elaboração do produto final. O debate multidisciplinar será desenvolvido buscando dialogar com as disciplinas Geografia e Língua Portuguesa, cada uma utilizando de suas competências e habilidades que auxiliem e encaminhem para o desenvolvimento do conhecimento acerca da cidade e do patrimônio. O trabalho é desenvolvido sob o aporte teórico da área do patrimônio tendo como norte autores como Candau (2011), Choay (2014), Chuva (2008); sobre memória, o diálogo com Nora (1993), Pollack (1992) e Halbwachs (1968). Além dos temas apresentados, será ressaltada a importância do ensino de história para o desenvolvimento crítico do aluno, bem como o ensino sobre a história local como base para preservação patrimonial da cidade.

Palavras-chaves: Ensino de História; Educação Patrimonial; Interdisciplinaridade.

RESUMEN

El trabajo propone un enfoque didáctico sobre la ciudad de Itabaiana-PB, para estudiantes de secundaria regular, a través de una asignatura optativa en la escuela integral en la perspectiva de la nueva escuela secundaria, apuntando al aporte de la conciencia crítica, en el ámbito social y cultural, histórico y patrimonial de la ciudad. Para el desarrollo de la investigación y su aplicación, se utilizará como aporte teórico-metodológico autores que desarrollen trabajos en el campo de la Investigación-Acción, como Thiollent (2011), destacando la importancia de este método como uno de los instrumentos que pueden contribuir más con las investigaciones aplicadas e intervencionistas que se realizan en los másteres profesionales en el campo de la educación. A través de una entrevista, un profesor de Historia evaluó las condiciones y viabilidad de aplicar el menú diseñado para ilustrar y orientar la elaboración del producto final. El debate multidisciplinario se desarrollará buscando dialogar con las asignaturas Geografía y Lengua Portuguesa, cada una utilizando sus habilidades y habilidades que ayudan y conducen al desarrollo del conocimiento sobre la ciudad y el patrimonio. El trabajo se desarrolla bajo el marco teórico del área de patrimonio, teniendo como norte autores como Candau (2011), Choay (2014), Chuva (2008); sobre la memoria, el diálogo con Nora (1993), Pollack (1992) y Halbwachs (1968). Además de los temas presentados, se destacará la importancia de la enseñanza de la historia para el desarrollo crítico del alumno, así como la enseñanza de la historia local como base para la preservación del patrimonio de la ciudad.

Palavras Claves: Enseñanza de la historia; Educación patrimonial; Interdisciplinariedad.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Mural das disciplinas ofertadas.....	51
Figura 2 –	Título.....	54
Figura 3 –	Áreas envolvidas.....	55
Figura 4 –	Justificativa.....	56
Figura 5 –	Objetivos.....	56
Figura 6 –	Metodologia.....	57
Figura 7 –	Conteúdo programático.....	58
Figura 8 –	Propulsão.....	60
Figura 9 –	Recursos didáticos.....	61
Figura 10 –	Duração.....	62
Figura 11 –	Culminância.....	63
Figura 12 –	Avaliação.....	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC Base Nacional Comum Curricular

ECIT Escola Cidadã Integral Técnica

IPHAEP Instituto Do Patrimônio Histórico E Artístico Do Estado Da Paraíba

IPHAN Instituto Do Patrimônio Histórico E Artístico Nacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	O PATRIMÔNIO, HISTÓRIA LOCAL E A ESCOLA.....	22
2.1	A história local e o lugar do patrimônio.....	31
2.2	A abordagem da Educação Patrimonial.....	34
3	COMPOSIÇÕES METODOLÓGICAS DA PESQUISA.....	40
3.1	Concepções teóricas da pesquisa.....	40
3.2	Ensino de história e a lacuna do Patrimônio.....	42
3.3	Patrimônio e a formação de professores.....	44
3.4	Os instrumentos da pesquisa.....	45
3.5	O <i>lócus</i> da pesquisa.....	47
3.6	Análise de dados: resultados iniciais.....	47
3.7	A disciplina eletiva.....	49
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	53
4.1	Considerações sobre a primeira ementa.....	54
4.2	Sobre o processo de ensino-aprendizagem.....	64
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
	REFERÊNCIAS.....	67
	APÊNDICE A – GUIA DE ELABORAÇÃO PARA A EMENTA DE UMA DISCIPLINA SOBRE PATRIMÔNIO.....	71
	ANEXO A – EMENTA I.....	82
	ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO CEP.....	86

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema a educação patrimonial da cidade de Itabaiana-PB nas aulas de uma disciplina eletiva, no ensino médio, com uma proposta multidisciplinar, mas sob a ótica do ensino de história local.

Como objetivo, vamos explanar sobre como o ensino de história e a história local no ensino médio, defendendo a metodologia da educação patrimonial como meio de incentivo a preservação do patrimônio material e imaterial da cidade de Itabaiana-PB, em uma disciplina eletiva de uma escola pública integral.

Com a pesquisa em questão buscamos nortear o entendimento sobre o patrimônio no ensino de história enfatizando a construção da consciência histórica e social do estudante do ensino médio, permitindo ao sujeito perceber o mundo que o cerca e se perceber no mundo enquanto sujeito.

Para agregar dentro do tema no Programa de Pós-graduação em Formação de Professores, enfatizamos o debate dentro da disciplina de história com a instrumentalização da educação patrimonial na educação básica.

Com a influência da linha de pesquisa deste programa, Ciências, Tecnologias e Formação Docente, com a pesquisa que se segue, buscou-se investigar processos educacionais e práticas docentes para desenvolver uma discussão visando às práticas curriculares da Educação Básica.

No âmbito da educação, apresentamos uma proposta para agregar ao ensino de história que vai além do currículo base, a fim de para abarcar o debate patrimonial e a história local na tentativa de desenvolver uma reflexão decolonial acerca do patrimônio da cidade em pauta.

No contexto da cidade, esperamos que o acesso ao ensino sobre a cidade, ainda na educação básica, estimule os alunos a refletir e reconhecer a importância do patrimônio material e imaterial como representação da memória da cidade.

Particularmente, o interesse pela história da cidade de Itabaiana se deu pelo fato de ser minha cidade natal, mas também por reconhecer a importância que ela exerceu no cenário regional durante o século XX, apresentado através da historiografia paraibana em consonância com a de Pernambuco, dado a proximidade geográfica. A minha relação com esse tema se desenvolveu a partir da lacuna que me deparei ao longo da minha vivência escolar, onde pouco aprendi acerca da sua história e dos patrimônios que me rodeava.

A transmissão de conhecimentos sobre ela se dava por intermédio da memória dos mais velhos no cotidiano extraclasse e, no ambiente escolar, apenas em datas comemorativas, alusivas à cidade que era abordada à temática de maneira mínima e superficial.

Itabaiana é situada no agreste paraibano, a uma média de 80 km da capital, João Pessoa e com proximidade relativa do estado de Pernambuco. De modo que, por muito tempo, fora elo entre estes dois estados por intermédio da linha férrea Recife-Limoeiro que transpassava seu território.

Recebendo a alcunha de “rainha do vale”, por ser uma cidade com grande influência comercial no contexto geográfico, as questões tomadas como norteadoras para o estabelecimento desta proposta, perpassam essencialmente sobre a inexistência de investimento e manutenção do patrimônio de Itabaiana, resultando diretamente na vulnerabilidade dos lugares de memória que ainda subsistem na cidade.

Os únicos patrimônios da cidade que são baseados essencialmente no Decreto-Lei 25/1937, é o Coreto, localizado na Praça Álvaro Machado, que dispõe de um decreto municipal acerca de seu tombamento, e que delimita o recorte temporal desta pesquisa, o de Nº 8.660, de 26 de agosto de 1980 e a Estação Ferroviária de Itabaiana, a partir do decreto Decreto nº 22.082, de 03/08/2001.

A cidade tem, ainda, por iniciativa de alguns cidadãos, um Plano¹ de Salvaguarda dos Bens Arquitetônicos e Urbanísticos de Interesse Histórico e Cultural de Itabaiana-PB, elaborado em 2016, por populares com o apoio de um Arquiteto e Urbanista², e formalizado pelo IPHAEP³ um ano mais tarde.

Em definição, a salvaguarda do bem registrado, para o IPHAN, deve ser compreendida como “um processo no qual os detentores estarão mobilizados com o Iphan e parceiros para identificar com maior profundidade a situação na qual o bem cultural se encontra” (IPHAN, 2017, p. 13).

Então, como justificativa, este trabalho busca elaborar uma disciplina na ECIT que apresente aos alunos alguns dos marcos patrimoniais da cidade, a fim de estimular o coletivo a entender a importância de Itabaiana-PB no contexto regional.

¹ Este documento encontra-se sob minha posse, por meio digital, como fonte historiográfica.

² Responsável Técnico: Hélio Costa Lima.

³ O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba.

Assim, a base metodológica para o ensino dessa disciplina é a abordagem da Educação Patrimonial, trazendo a cidade e a história local para esse lugar de significado e representatividade na vida dos estudantes, a fim de estimulá-los conhecer mais sobre ela e, por consequência, possam refletir acerca da preservação do patrimônio cultural dela.

Em linhas gerais, espera-se que com o término dessa pesquisa, seja possível dar um retorno social, no âmbito educacional, por meio da compreensão e importância de se preservar o patrimônio cultural da cidade de Itabaiana-PB.

Acerca do patrimônio, é importante perceber que é justamente no “luto da ruptura”, segundo Peixoto (2003), onde destaca-se que “qualquer consciência patrimonial, se manifestando a partir do trauma da ruptura, sendo uma reação ao risco de desaparecimento, mas que carrega consigo o objetivo de promover a regeneração” (PEIXOTO, 2003, p. 213). Dessa forma, é importante ressaltar que:

O luto, em sentido metafórico, se transposto para o domínio grupal, funda as relações sociais numa memória colectiva: a dos antepassados e dos espaços comuns. A consciência patrimonial não deixa de ser um indicador desse estado de luto. Mas é mais que isso. Num processo fortemente identitário, como é o da formação de uma consciência patrimonial, a identidade não é o factor mais relevante. O factor mais significativo é a assimilação colectiva da mudança e a consciência patrimonial, que ajuda a promover essa assimilação (PEIXOTO, 2003, p. 213-214).

Sabemos que o patrimônio cultural de uma cidade conta sobre sua história e auxilia na formação da identidade dos habitantes desse local. No entanto, mesmo sendo uma cidade que teve/tem importância em sua região, o patrimônio de Itabaiana é negligenciado e vive em constante ameaça de deixar de existir.

Dentre um dos poucos trabalhos acadêmicos que tem como tema Itabaiana e o patrimônio desta, no mais recente, que foi um levantamento *in loco* das fachadas de edificações da cidade, feita por estudantes de arquitetura em parceria com o grupo de pesquisa LABHIS (Laboratório de História da UFCG), eles perceberam que “ao se observar as ruas da cidade, é notória a presença gritante de modificações no patrimônio, que descaracterizam seu estilo original e desconversam com seu entorno” (RÉGIS; PEREIRA, 2020, p. 282).

Então percebemos a importância de entender que a cidade faz parte de um conjunto regional mais amplo e que carrega uma série de representações e significados em sua história local, possibilitando que a pesquisa se desenvolva dentro de um desdobramento exógeno e, também, endógeno, ou seja: ao passo que

foca em alguns aspectos ligados a significação do patrimônio na sociedade itabaianense, entende-se que esta faz parte de um contexto econômico, social, político e cultural mais amplo e abrangente.

A título de exemplo sobre os registros encontrados acerca da cidade de Itabaiana, que estimula uma busca pela preservação da mesma, um dos mais importantes, encontra-se relatado no livro de Sabiniano Maia⁴. Trata-se do cemitério indígena, descoberto em 1890, onde se realizava a feira de gado da cidade (um dos pontos principais de comércio), e foram encontradas ossadas humanas postas em jarras (MAIA, 2015). Segundo o autor, “a cidade não deu a importância merecida ao achado” e vinte anos depois pesquisadores se depararam e constataram “restos dessas antiguidades expostas à chuva e ao sol” (MAIA, 2015, p. 61).

Outro fato memorável e de imenso orgulho à história itabaianense, refere-se que em janeiro de 1901, a cidade de Itabaiana-PB, recebe a primeira locomotiva, pertencente à “Estrada de Ferro Recife ao Limoeiro” (mais tarde sob a administração da “The Great Western of Brazil Railway”), fazendo a ligação férrea entre Pernambuco e Paraíba (porém não, ainda, entre as capitais), “trazendo um alarde de festa tão grande e marcante”, como bem lembra o memorialista Sabiniano Maia ao escrever suas histórias e memórias sobre a cidade. Ele relata que, ainda menino, ouvira “por diversas vezes os mais antigos moradores, contarem orgulhosos os detalhes” da chegada do trem na cidade (MAIA, 2015, p. 161).

Itabaiana foi, dessa forma, por um tempo relevante, importante local de passagem da ferrovia Great Western. E junto a ela, é notável a chegada de ícones modernos, como o telégrafo, o telefone, os jornais, entre outros, que alimentam assim, como afirma Aranha, “o imaginário do trem como ícone moderno indispensável à vida cotidiana” (ARANHA, 2005, p. 105). Ainda segundo Aranha (2005), ao parafrasear Maia (1977),

As primeiras experiências com energia elétrica remontam ao ano de 1912, sendo levadas a efeito em Itabaiana e na capital do Estado em 9 e 15 de março, respectivamente, sendo motivo de orgulho para o itabaianenses o fato de sua cidade contar com a decantada novidade seis dias antes da capital (ARANHA, 2005, *apud* MAIA, 1977, p. 98).

⁴ Memorialista que escreveu em 1976 o livro intitulado *Itabaiana: Sua história, suas memórias (1500-1976)*, onde perpassa por um amplo recorte temporal, tendo como embasamento documentos oficiais, os quais este tinha acesso pela influência que tinha.

Igualmente se passou com o abastecimento de água: “Itabaiana inaugurou a sua água em 1911 e, a Capital do Estado em 1912” (MAIA, 2015, p. 237). As ligações férreas entre a capital e o sertão deu mais amplitude à cidade influenciando diretamente o ciclo de urbanização.

Ainda no século XX, como nos aponta a literatura, essa cidade se consolidou como uma das mais importantes no seio Paraibano, passando por um processo de modernização e enriquecimento com a chegada de ícones modernos. Essa modernização reflete diretamente na construção do patrimônio arquitetônico encontrado na cidade. Possuindo uma rica pluralidade de estilos arquitetônicos que transpassam desde a arquitetura vernacular até ao estilo moderno emergente entre os anos 30 e 90 (RÉGIS; PEREIRA, 2020, p. 279).

Ressalta-se que “em função de obter o símbolo de cidade do progresso”, o vice-presidente do Estado residiu por um período na cidade, fato apontado pelo também memorialista Romualdo Rodrigues Palhano (2014). De acordo com o recorte do jornal, “O Município, Anno I, nº 03, página 3, Itabayanna, domingo, 07 de junho de 1908”, e anexado ao livro de Palhano (2014), um visitante teceu o seguinte elogio:

Bella cidade da terra parahybana... Edificada n'uma grande planície, à margem de um rio de águas límpidas e serenas, gosando as delícias de um clima europeu, o aspecto de Itabayanna agrada ao primeiro lance de vista e logo empolga a atenção do visitante. As suas ruas largas e extensas, assim com uns ares de avenidas, primam antes de tudo por uma limpeza digna de nota, provando a evidência que os dirigentes da terra cuidam zelosamente da saúde pública, tão descurada por ahi além (PALHANO, 2014, p.65).

A cidade também faz parte da “área da várzea”⁵ citada nos romances memorialísticos pelo escritor paraibano, José Lins do Rego, onde este ressalta com afeto, na sua narrativa, vivências na cidade. Ora sobre a feira, ora sobre o percurso de trem para estudar na escola, situada nesse mesmo local; deixando-se perceber a importância deste município, também, para as relações cotidianas circunvizinhas.

Durante a graduação, a pesquisa de cunho etnográfico em uma escola da rede pública dessa mesma cidade onde acompanhei as aulas da disciplina de história, a fim de coletar dados para refletir sobre o processo de formação de professores, e não foi mencionada a história local e nem sobre o patrimônio da cidade em nenhum

⁵ Consistem na área que circunda o município de Pilar (cidade natal do autor), São Miguel de Taipu e Itabaiana, citadas de maneira saudosa pelo autor.

momento das aulas observadas, o que me levou às questões que nortearam esta pesquisa no mestrado.

Dessa forma, o problema que rege a elaboração dessa pesquisa circunda em torno da pergunta: como desenvolver a educação patrimonial em uma escola de ensino médio na cidade de Itabaiana-PB?

O objeto de estudo deste trabalho trata-se da elaboração de uma ementa com a abordagem da educação patrimonial. Auxiliando a construção do senso crítico e identitário dos estudantes, no âmbito social, cultural, histórico e patrimonial de sua cidade.

Dessa forma, será desenvolvido um produto a fim de auxiliar professores de história a elaborar a ementa de uma disciplina eletiva pautada no conhecimento sobre este tema, partindo de um lugar mais próximo, corriqueiro e cotidiano dos alunos e democratizando o patrimônio através do ensino da história local.

O trabalho se situa no campo da história, analisando o conjunto de patrimônios da cidade como repertório na constituição da história da cidade. Sendo assim, a discussão em torno da história local e do patrimônio no ensino médio, serão desenvolvidas em interface dialógica e interdisciplinar com Língua Portuguesa e Geografia, com a abordagem da educação patrimonial. Como professora de história, decidi dialogar com essas disciplinas, pela contribuição na educação patrimonial e no ensino sobre a cidade que eu pretendo elencar.

É importante perceber que a discussão sobre patrimônio nos remeta ao conhecimento do local como estímulo inicial de preservação patrimonial, usando uma abordagem voltada para amenizar essa lacuna, dentro da escola.

Buscou-se elaborar um debate teórico ao longo dos capítulos, onde a utilização da história local, a partir do cotidiano dos estudantes, se consolida como um instrumento valioso no processo de fixação da Educação Patrimonial, que terá aspectos *mnemônicos* locais apresentados diante do olhar e da vivência deles.

Acredita-se que, assim, os conhecimentos sobre a história local, aliada ao desenvolvimento significativo da consciência geográfica, social, econômica e cultural, bem como a relevância destes para a cidade, constituem um caminho viável para preservação do patrimônio da cidade.

A disciplina de língua portuguesa norteará o embasamento da discussão sobre a cultura e a literatura no entendimento sobre o patrimônio da cidade. Desenvolvendo um diálogo com outras disciplinas da Área de Linguagens, essa disciplina será de

grande importância no entendimento sobre as letras de músicas, os apagamentos da memória registrados através da literatura local, bem como a narrativa histórica.

A contribuição da disciplina de Geografia acerca do ensino sobre o patrimônio perpassa pelo diálogo com questões sobre espaço, paisagem e lugar, como amparo teórico metodológico para o desenvolvimento significativo da consciência geográfica e social sobre a história local. Além disso, a disciplina auxilia na análise dos processos de transformações da paisagem e seu impacto no espaço urbano, afetando a percepção do lugar onde ocorrem as relações cotidianas dos estudantes.

O produto desta pesquisa foi elaborado no contexto do modelo pedagógico exercido pelas escolas integrais da Paraíba, onde se elabora uma disciplina temática oferecida semestralmente, proposta pelos professores e que tem como objetivo diversificar, aprofundar e enriquecer os conteúdos trabalhados nas disciplinas do currículo.

O debate multidisciplinar será desenvolvido buscando dialogar com as disciplinas de Geografia e Língua Portuguesa, cada uma utilizando de suas competências e habilidades que auxiliem e encaminhem para o desenvolvimento do conhecimento acerca da cidade e obedecendo aos itinerários formativos para o ensino médio.

As disciplinas eletivas dialogam com as habilidades e competências da BNCC referentes à temática em pauta. Nesse sentido, elas enriquecem os conteúdos das matérias escolares envolvidas, uma vez que busca estimular o interesse dos estudantes em determinado tema trazendo a discussão para a realidade de cada um, tornando o conteúdo mais palpável.

Esse modelo trabalhado pelos cadernos de formação de professores em algumas escolas do estado da Paraíba corresponde ao sistema de ensino que engloba as perspectivas exigidas no novo ensino médio, que prepara os alunos para escolherem seus próprios itinerários ao longo da educação básica:

O Novo Ensino Médio, criado em 2017, deverá ser realidade em todas as escolas brasileiras até 2021. Ficou estabelecido que 60% do currículo dos três anos do Ensino Médio será definido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em dezembro de 2018, e os outros 40% serão flexíveis, de acordo com o contexto e necessidades locais. Dentre as muitas mudanças previstas, a elaboração dos itinerários formativos, que é a parte flexível do currículo na nova proposta, tem mobilizado redes de ensino de todo o país (CECÍLIO, 2019).

De acordo com a organização por áreas de conhecimento da base curricular, é necessário que haja um processo mais global de aprendizagem, articulado com

várias dimensões do desenvolvimento pessoal do estudante, objetivando que o estudante aprofunde conceitos ao longo do ensino básico, diversificando e ampliando o seu repertório de aprendizado e encontre prazer em seguir na busca de mais conhecimento e amplitude nas diversas áreas da produção humana e ao longo da vida.

O guia foi inicialmente elaborado para utilização no meio digital em virtude do contexto pandêmico. Mas vai além: a articulação com as tecnologias digitais no ensino de história possibilita novas nuances no campo da educação.

Para isso, é necessário perceber que o espaço urbano se torna este lugar que mescla passado e presente. Portanto, falar de patrimônio e história local é entender que a cidade é um lugar de representações sensíveis e simbólicas, sendo este último essencial para a manutenção da memória comunidade, fato crucial para a construção da identidade e valorização do patrimônio material e imaterial.

Nesse sentido, mesmo sendo uma proposta que nos coloca diante de uma cidade específica, o desenvolvimento do produto, bem como a idealização das aulas, serão adaptáveis aos demais professores que tenham interesse em oferecer e desenvolver uma disciplina eletiva com a mesma pauta de discussão.

Ressaltamos um ensino pautado na Educação Patrimonial como metodologia/abordagem do ensino de História. Onde o produto educacional apresenta o escopo dialógico que perpassa pela realidade dos alunos que estão inseridos no contexto do município em questão.

Esperamos que o Manual possa servir para o desenvolvimento da ementa, contendo um espaço para que o professor da disciplina eletiva possa preencher seguindo as instruções e o modelo que se segue, para que ele possa se basear em seu desenvolvimento. Assim, ainda sobre a perspectiva patrimonial, o professor vai encontrar alguns elementos no corpo do texto para que ele possa analisar a possibilidade de utilização na sua aula.

Sobre a proposta teórica e metodológica, esta consiste na abordagem da pesquisa ação fomentada pela entrevista com um professor de História, chamado Alex Alves, sendo ele um professor que contabiliza 23 anos de experiência em sala de aula.

O primeiro capítulo de cunho teórico, objetiva conceituar o norte da pesquisa, teorizando questões sobre patrimônio e história local, bem como a utilização delas na escola e a importância de se trabalhar uma educação pautada no conhecimento

e entendimento do patrimônio local da cidade por estímulo ao desenvolvimento da identidade regional.

Logo, a perspectiva de estudo sobre patrimônio nos remete a urgência em diferenciar os bens culturais materiais e imateriais. Segundo Magalhães (2011),

Todo o património tem a sua vertente material bem como o significado que o suporte carrega, e que pode ser denominado de imaterial. O património imaterial possui ele mesmo um suporte material que pode ser classificado de património também. Ambas as dimensões coexistem num mesmo bem cultural (MAGALHÃES, 2011, p. 2).

O debate sobre o patrimônio, imaterial ou não, implica também um confronto sobre os significados e representações próprias da cultura em que está inserido. Assim, para Pesavento (2005), o estudo do espaço urbano requer uma educação dos sentidos, um despertar das sensibilidades para a compreensão do passado, ou seja, a compreensão de que a cidade oferece representações de tempo e espaço, hospedando múltiplas temporalidades e significados.

Portanto, reeducar a sensibilidade para poder ver e reconhecer a cidade como patrimônio herdado, significa entender que há uma memória social, uma história comum inscrita no espaço urbano, que pode sustentar o sentimento de pertencimento. Dessa forma Tourgeon (2014) nos aponta que,

Os cidadãos estão à procura de um patrimônio mais interativo e participativo. Longe de simplesmente reproduzir de forma idêntica o passado com a ajuda de especialistas e de congelar objetos materiais, eles querem inscrever suas tradições na criatividade e participar, eles próprios, do reconhecimento de seu patrimônio (TOURGEON, 2014, p. 70).

Dessa forma, ressalta-se que o ensino sobre patrimônio não pode se desenvolver em busca de uma “alfabetização” da sociedade, muitas vezes colocada à margem pelos “detentores do conhecimento”, como ressalta Tolentino (2019).

O segundo capítulo, dissertará sobre a abordagem metodológica escolhida para o desenvolvimento da pesquisa, discorrendo acerca da pesquisa ação e sua influência nesta coleta de dados, bem como o aporte teórico e metodológico que embasam o desenvolvimento e análise da entrevista como fator de contribuição para a solução dos questionamentos apontados ao longo do texto.

A metodologia selecionada para o desenvolvimento desse trabalho foi a pesquisa-ação que, por sua vez, é uma forma de investigação-ação que utiliza técnicas informar a ação que é possível tomar para melhorar a prática. Nesse

contexto, para a coleta de dados foi utilizado a entrevista não como um instrumento valioso.

Ao professor Alex foi questionado como se desenvolvia a temática sobre patrimônio durante suas aulas e como funcionava as disciplinas eletivas na ECIT. Através dos apontamentos dele nessa primeira entrevista, foi possível elaborar uma ementa exemplo para ilustrar e colaborar na elaboração do produto.

O terceiro capítulo explana de maneira abrangente a importância da disciplina eletiva na construção do conhecimento patrimonial e histórico dos alunos por meio da ementa multidisciplinar. Bem como pontos importantes a serem observados ao se desenvolver o ensino da disciplina.

A ementa elaborada através da análise da primeira entrevista com o professor, é apresentada ao mesmo que avalia a possibilidade de aplicação da disciplina na ECIT. Nesse capítulo, a ementa recortada para ser analisada parte por parte, dentro da perspectiva que o professor de história entende como viável.

Por fim, espera-se que o produto educacional produzido como resultado dos apontamentos levantados ao longo do trabalho permita que a disciplina eletiva estimule a ampliação de ideias, que servirão para o desenvolvimento de projetos com temáticas similares e que dialogam com as práticas pedagógicas interdisciplinares.

Convém ressaltar que o projeto foi submetido via a Plataforma Brasil, ao Comitê de Ética em Pesquisa da UEPB, por se tratar de pesquisa com seres humanos, sendo devidamente aprovado, sob o parecer número: 50489721.2.0000.5187.

2. O PATRIMÔNIO, HISTÓRIA LOCAL E A ESCOLA

Neste capítulo discutiremos acerca da história local do patrimônio a sua relação com a educação escolar no ensino médio. Nele levantaremos os apontamentos dialógicos que abarcam a temática sobre o patrimônio e a importância de uma história local que se trabalhe com esse tema, através da abordagem metodológica da educação patrimonial.

É necessário observar também os signos culturais que o patrimônio carrega através de suas representações. Tais signos podem representar valores culturais de uma determinada classe social, aquela que muitas vezes impõe seu entendimento de cultura. Analisando o contexto de representações, através dos símbolos e dos signos, torna-se interessante o debate que perpassa sobre o imaginário que circunda o patrimônio.

A imaginação simbólica acerca dos artefatos mostra a ideia que está inserida no objeto (cultura material) ou na prática (cultura imaterial). Essa ideia imaginada constrói uma estrutura de significação de sentidos. Ressaltando acerca da imagem, que também é uma representação, que contempla o patrimônio, Pesavento (1995) afirma que pensar nessas questões simbólicas das imagens remete à noção de alegoria. Assim, de acordo com a autora:

Ora, a questão de natureza simbólica das imagens remete à noção de alegoria: a imagem é, pois, a revelação de uma coisa que não ela própria. Pensar alegoricamente implica referir-se a uma coisa, mas apontar outra, para um sentido mais além. Mais do que isso, implica realizar a representação concreta de uma ideia abstrata. Subjacente ao que se vê, se lê ou se imagina, a alegoria comporta um outro conteúdo (PESAVENTO, 1995. p. 22).

Dessa forma, tanto a questão da representação quanto o poder simbólico, precisa ser pensado, imaginado, ou seja, uma pulsão criadora precisa surgir nos sujeitos, e esta imaginação criadora é o imaginário, que de acordo com Pesavento (1995), não se trata de um ensaio do real, mas uma evocação que dá sentido as coisas. Sendo assim, quando se pensa no patrimônio e todas suas representações imbuídas em poderes simbólicos, o imaginário também se faz presente nessas manifestações.

Logo, o processo de formação do imaginário coletivo, contém manifestações e interesses precisos. É necessário ressaltar que o imaginário social é uma das forças

regularizadoras da vida coletiva, normatizando condutas e pautando perfis adequados ao sistema (PESAVENTO, 1995. p. 23).

Percebe-se assim, que tendo a consciência que os espaços exercem importância na construção dos patrimônios culturais, pode-se dizer que, seja tangível ou não, eles são lugares de memória. Sendo neste lugar, onde a memória é cristalizada, um território onde se busca ressaltar as identidades culturais, aflorar e trazer seus significados acerca das tradições evocadas pelos patrimônios.

Com isso, ao observar as estruturas e as práticas que se tornam patrimônios, por muitas vezes nos perguntamos qual a função daquilo na nossa sociedade. Um ponto a ser discutido é se essas práticas e objetos tem mesmo uma função ou são apenas mantidos para a manutenção do poder ou a perpetuação de uma memória romantizada do passado. Chuva (2008) ressalta que:

A noção de patrimônio, embora tenha recebido uma série de adjetivações ao longo do tempo (histórico, artístico, paisagístico, genético, tangível, intangível, material, imaterial, móvel), está relacionada ao seu papel de formação de grupos de identidade, isto é, associada a práticas voltadas para o fortalecimento dos laços de identidade de determinados grupos e de sua afirmação enquanto tal. Ou seja: construir e/ou inventar e preservar o *patrimônio* se constitui na prática cultural de atribuição de valores e significados a objetos e bens, que amalgamam grupos de identidade (CHUVA, 2008, p. 31).

De fato, as representações simbólicas dos patrimônios culturais de uma sociedade estão ligadas ao imaginário coletivo. No entanto, é necessário ressaltar que o simbolismo construído pela sociedade não é estruturado de maneira livre. Ele está sob a responsabilidade das, como diria Bourdieu (1989), estruturas estruturantes detentoras desse poder simbólico.

Esses patrimônios referem-se a uma memória de uma determinada sociedade, mas é interessante discutir sobre qual parcela da sociedade tem sua memória preservada através dos processos de patrimonialização.

Quando falamos do processo de patrimonialização, sabemos que ele, assim como o próprio patrimônio, se encontra completamente imbuído de representação nas mais variadas estruturas, e que trazem consigo aspectos simbólicos remontando a cultura de um determinado espaço. São essas práticas sociais, em diferentes locais, que nos remetem a uma visão mais ampla a ser analisada por essas simbologias contidas na sociedade.

A partir dessa linha de pensamento, torna-se interessante acrescentar que o patrimônio representado é construído por um grupo que compõe a sociedade e que fazem reconhecer sua identidade social através de formas institucionalizadas de poder. Roger Chartier (1991) nos aponta que:

A noção de “representação coletiva” autoriza a articular, sem dúvida melhor o conceito de mentalidade, três modalidades de relação com o mundo social: de início, o trabalho de classificação e de recorte que produz configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõe uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais “representantes” (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe (CHARTIER, 1991. p. 183).

Chartier (1991) elenca, ainda, que dessa maneira a representação, através das mentalidades que constroem uma identidade social e representa grupos sociais, possuem uma posição simbólica de poder. Este poder que é mantido por uma cultura dominante e que impõe suas visões de mundo para os dominados segue tendo, majoritariamente a representação contida no patrimônio que passou a ser ditado, em sua grande maioria, pelos dominadores. Sobre o poder simbólico, Bourdieu (1989) aponta:

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções (BOURDIEU, 1989. p. 10).

Esta cultura necessita manipular a mentalidade das classes dominadas através da legitimação do seu poder simbólico. Como o poder não é palpável, ele é algo representado e que necessita de uma legitimação da sociedade para ter a sua existência, as representações impostas pelos dominantes também precisam de certa legitimação do coletivo para poder passar a existir, pois o poder sem legitimação não cumpre a sua função de dominar.

No entanto, Chartier (1991) aponta que essa seria só uma das vias que demonstram como ocorre a construção das identidades sociais, sendo ela através da “relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de

classificar e nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma” (CHARTIER, 1991. p. 183).

Em outra perspectiva, um recorte social que compreende a representação que cada grupo dá de si mesmo, reconhecendo assim a sua existência e demonstrando a sua unidade e particularidade. O autor aponta que:

Ao trabalhar sobre as lutas de representação, cuja questão é o ordenamento, portanto a hierarquização da própria estrutura social, a história cultural separa-se sem dúvida de uma dependência demasiadamente estrita de uma história social dedicada exclusivamente ao estudo das lutas econômicas, porém opera um retorno hábil também sobre o social, pois centra a atenção sobre as estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade (CHARTIER, 1991. p. 183).

As estruturas sociais e a relação das estratégias simbólicas apontadas por Chartier (1991) tem conexão com as estruturas estruturantes e estruturadas de Bourdieu (1989): as estratégias simbólicas utilizadas por cada classe, grupo ou meio são estruturantes, pois trata-se de instrumentos de conhecimento e comunicação, dessa forma, exercem o poder simbólico que estrutura por ser estruturado (BOURDIEU, 1989. p. 09). Nas palavras de Bourdieu (1989):

O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama de *conformismo lógico*, quer dizer, “uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências” [...] Os símbolos são os instrumentos por excelência da “integração social”: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação (cf. a análise durkheimiana da festa), eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração “lógica” é a condição da integração “moral” (BOURDIEU, 1989. p. 10).

E é neste contexto que os patrimônios estão imersos: em vários símbolos de poder, carregando consigo uma forte representação de uma classe ou grupo dominante que exerce/exerceu determinado poder simbólico. De maneira bem clara, é só observarmos a quantidade de ruas e monumentos com nomes de pessoas que foram, em um determinado tempo/espaço, detentoras do poder e dessa maneira acabam por ocupar um espaço de representação, fazendo com que essas estruturas se tornem patrimônios, perpetuando assim a legitimação do poder simbólico exercido por eles.

Ainda assim, por mais que a predominância de estruturas patrimonializadas no Brasil, em sua maioria, represente e perpetue a memória de uma elite (colonos, oligarcas e militares), é necessário acrescentar que na discussão atual sobre patrimônio, as camadas mais baixas da sociedade também ganharam visibilidade. O patrimônio busca representar uma coletividade mais ampla, e com isso dá voz e vez a uma parcela da sociedade até então fora excluída pela elite detentora do poder.

Dessa forma foram elaborados os tombamentos no Brasil, a partir de uma elite, para legitimar valores vistos como importantes para eles. A prática do tombamento dá início à fase da “sacralização da memória em pedra e cal” (CHUVA, 2009; FONSECA, 1997; NOGUEIRA, 1995, 2005; RUBINO, 1991 apud NOGUEIRA, 2014).

Os novos percursos dos estudos sobre patrimônio fizeram com que ele fosse ressignificado, inserindo aqueles que antes estavam excluídos desse espaço. Em 1988 essas mudanças surgem em forma de um documento oficial.

Na Constituição Federal, que no seu artigo 216 traz que o patrimônio cultural brasileiro é constituído por bens de natureza material, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira onde dentro desses incluem-se as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Faz-se necessário pensar, no contexto apresentado até agora, questões da memória que circunda o patrimônio, onde Pierre Nora (1993) faz menção ao aceleração do tempo e a necessidade de memória que se cria em torno do processo de patrimonialização. Para este autor, como forma de compensar a perda de determinadas memórias, surgem os lugares de memória que tenta reconectar o passado e o presente. Acerca do supracitado, Le Goff (1990) aponta que

Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. O estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e

da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento (LE GOFF, 1990, pg. 368).

A memória e a história, mesmo com suas diferenças, se entrelaçam, criando uma apropriação de uma pela outra. Algo semelhante a essa relação de entrelaçamento da história e da memória também ocorre quando se remete a identidade, memória e patrimônio, são "as três palavras-chave da consciência contemporânea – poderíamos, aliás, reduzir a duas se admitimos que o patrimônio é uma dimensão da memória" (CANDAU, 2011, p. 16).

Por isso torna-se importante falar da memória de um lugar e educar jovens do ensino médio a fim de evitar que aquela localidade, espaço de vivência, caia no silenciamento e esquecimento. Dessa forma, Castro (2011) ressalta que acerca da memória é preciso atentar para as definições que a circundam e agregam os estudos que utilizam o conceito:

Certeau (2009) explica a memória no – sentido de que designa uma presença à pluralidade dos tempos e não se limita, por conseguinte, ao passado (p.302). Isso significa que, agora aquela memória, ainda que contenha a mesma carga emocional, pode ser compreendida em função das experiências ligadas a outras e, assim sucessivamente (CERTEAU, 2009 *apud* CASTRO, 2011, p. 128).

Ou seja, as lembranças constituem nossa memória e fazem parte da nossa história como ser social. E para compreender o que é a memória em torno dos patrimônios culturais é preciso entender que estes se constituem em uma memória coletiva e que é relativo a algo compartilhado pela sociedade, pela comunidade. Castro (2011) aponta, ainda, a explicação de Ricoeur (2007) sobre a atribuição da lembrança e a sua importância no estudo da memória. Segundo a autora:

Nos estudos de Ricoeur (2007) encontra-se, ainda, a descrição de três sujeitos utilizados para a atribuição de lembrança; i) o eu, ii) os coletivos e iii) os próximos. As explicações, variando entre os três sujeitos, indicam —os jogos de distanciamento e de aproximação como um movimento dinâmico entre tornar-se próximo e sentir-se próximo (p.141) que o sujeito mantém com os coletivos e os próximos. Para o autor a experiência do mundo, compartilhada, repousa numa comunidade, em um tempo e espaço, onde os sujeitos relacionam-se com —aquelas pessoas que contam para nós e para as quais contamos (*idem*) situadas numa faixa de variação das distâncias na relação entre si e os outros (RICOEUR, 2007 *apud* CASTRO, 2011, p. 128).

Em outras palavras, cada pessoa é como uma configuração específica formada pela interseção de diferentes forças sociais que o acompanham. Na concepção de Halbwachs, a memória pode ser entendida como a reconstrução do passado com a ajuda de dados atuais. Isso é feito por meio de um processo seletivo, pois é impossível registrar tudo o que acontece em um determinado momento, não só no nível individual, mas também no nível coletivo. Este aponta que

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco certa quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 2006, p.30).

Pollak, por sua vez, ressalta a importância da iniciativa individual para a formação da memória e procura articular os níveis micro e macro da vida social na sua análise, mostrando que a estrutura se estabelece, se expressa e se altera ao nível do comportamento individual. Para o autor, é “através desse trabalho de reconstrução de si mesmo o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros” (POLLAK, 1992, p. 14). Dessa forma,

Estudar as memórias coletivas fortemente constituídas, como a memória nacional, implica preliminarmente a análise de sua função. A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis (POLLAK, 1992, p. 9).

Torna-se possível compreender que a construção da história instrumentaliza o que entendemos como memória e dessa forma surge o lugar da memória, que é esse espaço repleto de significados e sensibilidades que a história deseja perpetuar através da transformação desses objetos ou práticas em monumentos. Os lugares da memória surgem de uma necessidade de criar arquivos e vivem do sentimento de que não há memória espontânea (NORA, 1993). Pierre Nora afirma que:

Tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história. Tudo o que é chamado de clarão da memória é a finalização de seu desaparecimento no fogo da história. A necessidade de memória é uma necessidade da história. Sem dúvida é impossível não se precisar dessa palavra. Aceitemos isso, mas com a consciência clara da diferença entre

memória verdadeira, hoje abrigada no gesto e no hábito, nos ofícios onde se transmitem os saberes do silêncio, nos saberes do corpo, as memórias de impregnação e os saberes reflexos e a memória transformada por sua passagem em história, que é quase o contrário: voluntária e deliberada, vivida como um dever e não mais espontânea; psicológica, individual e subjetiva e não mais social, coletiva, globalizante. Da primeira, imediata, à segunda, indireta (NORA, 1993, p. 14).

Essa busca incessante de congelar um lugar de memória para (re)lembrar um passado dito cultural não é tão antigo, Hartog aponta essa transformação, que chama de novo regime de historicidade após a queda do muro de Berlim, em 1989. De fato, os anos de 1980 foram marcados por debates em torno de memória e patrimônio. Nogueira (2014) em diálogo com Hartog e Poulot nos traz que:

No novo regime de historicidade, marcado pela crise de futuro, observamos os patrimônios se multiplicarem e a memória se tornar plural “graças às profissões de fé” e aos “usos comemorativos” que os revestem em nome de um “investimento de identidade” a ser transmitido. Essa nova experiência do tempo fechado em si mesmo, onipresente – onde o passado e o futuro são cotidianamente fabricados segundo sua própria necessidade – foi, simultaneamente, desenvolvendo o medo da amnésia (coletiva e individual) e a vontade de nada esquecer (NOGUEIRA, 2014, p. 52).

Trazendo nessa interpelação fator crucial para a valorização do patrimônio: o esquecimento. É justamente o medo de perder, de romper com esse passado, como já ressaltado nesse trabalho no diálogo com Peixoto (2003), a representação simbólica de determinada comunidade, que torna importante pensar em práticas de preservação acerca da edificação ou práticas culturais.

Dessa forma, quando se tenta trabalhar a problemática do patrimônio, uma das questões que se apresenta é sobre “qual” patrimônio. Como discutido anteriormente, não é difícil encontrar um patrimônio enraizado pela cultura dominante de significados e representações atreladas a elite. Para tanto, este trabalho ressalta também a urgência de uma abordagem sobre o conhecimento acerca da história local. E neste contexto, ressalta-se que:

Da mesma forma que o passado e presente são interligados na produção do conhecimento histórico, o geral e o local se articulam na construção da nossa visão da história. Cada local é sempre o recorte de uma realidade mais ampla que o contextualiza e aquilo que se entende por geral, é o somatório de realidades locais que se relacionam por meio de processos mais amplos e abrangentes. O local, fora de um contexto geral, é apenas um fragmento e o geral, sem o respaldo das realidades locais, é apenas uma abstração; e, neste caso, ambos estarão destituídos de sentido (NEVES, 1997, p, 22).

Percebe-se que o diálogo entre a história local e o patrimônio, traz a ideia de uma construção através da perspectiva partindo do micro, para o macro. Nota-se então a importância da construção sensível através do cotidiano e representações simbólicas da própria comunidade que cerca o patrimônio, mas que muitas vezes é excluída desse saber. Acerca disso, Tolentino ressalta a ausência de

Reconhecimento da existência dos saberes locais e o olhar da vivência das comunidades. Nesse sentido, a educação patrimonial não é tomada apenas com a finalidade de conhecer o patrimônio para poder preservá-lo. Vai além do conhecer. Reflete sobre esse patrimônio e os processos seletivos em que foram conformados, buscando transformar uma determinada realidade, de modo que o patrimônio cultural seja de fato a herança da diversidade cultural dos diferentes grupos formadores da sociedade (TOLENTINO, 2019, p. 146).

Tolentino (2019) ainda nos alerta para a importância de pensar essa comunidade de maneira mais inclusiva e que parta do desenvolvimento de práticas educativas e dialógicas no desenrolar de ações de educação do patrimônio cultural com a comunidade, retirando esse patrimônio fetichizado que deve ser visto passivamente, e partindo para a construção coletiva do que é considerado patrimônio. Para o autor,

Compreender o patrimônio de uma forma crítica e não apenas contemplativa pressupõe uma visão de educação socioconstrutivista, em que a mediação se dá para a apropriação do conhecimento e, no processo de apropriação do patrimonial cultural, leva-se em conta o reconhecimento da existência dos saberes locais e o olhar da vivência das comunidades. Nesse sentido, a educação patrimonial não é tomada apenas com a finalidade de conhecer o patrimônio para poder preservá-lo. Vai além do conhecer. Reflete sobre esse patrimônio e os processos seletivos em que foram conformados, buscando transformar uma determinada realidade, de modo que o patrimônio cultural seja de fato a herança da diversidade cultural e dos diferentes grupos formadores da sociedade (TOLENTINO, 2019, p. 146).

Acerca disso, Choay interpela que “a transmissão de um saber histórico provém, por excelência, da valorização do patrimônio” (CHOAY, 2014, p.231). Dessa forma, é nítido que o patrimônio deve ter uma função de manutenção da memória coletiva de uma sociedade, para assim formular a ideia de uma identidade cultural tornando o terreno mais amplo e mais fértil para a realização de pesquisas sobre esse tema.

Em suma, o patrimônio cultural deve representar a memória social de uma comunidade. Mesmo após contínuas ressignificações, tecer uma narrativa que abarque essa temática de maneira plural e diversificada, se torna importante para a

formação do sentimento de representatividade da nossa cultura, que permanece em constante construção.

Sendo assim, é possível afirmar que o entendimento de patrimônio passou por um grande processo de ressignificação se comparado com o critério de patrimonialização de 1838 e de 1933. No entanto, mesmo que tenham existido essas mudanças nos meios burocráticos das instituições responsáveis pela gestão do patrimônio nacional, o entendimento de patrimônio na mentalidade brasileira ainda precisa passar por um processo decolonial.

Voltamos então aos questionamentos: e os impactos históricos causados por pessoas “comuns”? As mulheres e homens que lutaram pelo país, por seu estado, por sua cidade? Os negros que resistiram e resistem até hoje? Como ensinar sobre um patrimônio democrático que agregue os silêncios e os silenciados da sociedade? Essas questões nos remetem ao cerne principal da discussão historiográfica inspirada por Walter Benjamin (2012) onde este aponta que:

Nunca há um documento da cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento da barbárie. E, assim como ele não está livre da barbárie, assim também não o está o processo de sua transmissão, transmissão na qual ele passou de um vencedor a outro. Por isso, o materialista histórico, na medida do possível, se afasta dessa transmissão. Ele considera como sua tarefa escovar a história a contrapelo (BENJAMIN, 2012, p. 245).

E na conjuntura deste capítulo, o ensino sobre patrimônio e história local vai voltar-se para uma tentativa em agregar devidamente ao conteúdo escolar tentando preencher a lacuna acerca do tema dentro desse ambiente.

2.1. A história local e o lugar do patrimônio

Quando se tenta trabalhar a problemática do patrimônio, uma das questões que se apresenta é sobre “qual” patrimônio. É fácil encontrar um patrimônio enraizado pela cultura dominante de significados e representações atreladas a elite. Este trabalho ressalta também a urgência de uma abordagem do patrimônio atrelado à história local.

Assim, a cidade, além do espaço ocupado, é esse palco de tensões sociais, onde ocorrem movimentos de mudanças, de trocas e de aprendizagens. Onde ocorre essa dinâmica dialógica de ensino através do cotidiano e do cenário

apresentado. A cidade é política, não tratando essa palavra voltada apenas para candidatos e partidos, mas para transformações políticas, reivindicações, tomadas de decisões.

A partir de toda essa dinâmica trazida pelas estruturas estruturadas estruturantes (BOURDIEU, 1989), entende-se que a cidade cria habitantes que serão geridos pelos detentores de poder, sendo estes os que decidem se esses habitantes serão cidadãos, ou seja, aqueles que pertencem à cidade e a cidade os pertencem, ou se serão apenas transeuntes.

Segundo Barros (2013) tem se tornado comum em propostas curriculares e produções didáticas introduzir a “História do Cotidiano”, opção esta que não é recente. A associação entre cotidiano e história de vida dos alunos possibilita contextualizar essa vivência individual a uma história coletiva (p. 302). Para este autor,

O ensino de história local apresenta-se como um ponto de partida para a aprendizagem histórica, pela possibilidade de trabalhar com a realidade mais próxima das relações sociais que se estabelecem entre educador/educando/sociedade e o meio em que vivem e atuam (BARROS, 2013, p. 302).

Para entender a história local como lugar de memória, de múltiplas histórias, e entender como o patrimônio da cidade também se constitui como memória da cidade, o ensino de história local é relevante nessa conjuntura, justamente pela possibilidade de incluir a formação de um raciocínio histórico que contemple não só o indivíduo, mas a coletividade, se estabelecendo na realidade mais próxima e assimilando as relações sociais. Dessa forma, Barros (2013) ressalta que

O trabalho com a História Local no ensino da História facilita, também, a construção de problematização, a apresentação de várias histórias lidas com base em distintos sujeitos da história, bem como de histórias que foram silenciadas, isto é, que não foram institucionalizadas sob a forma de conhecimento histórico. Ademais, esse trabalho pode favorecer a recuperação de experiências individuais e coletivas do aluno, fazendo-o vê-las como constitutivas de uma realidade histórica mais ampla e produzindo um conhecimento que, ao ser analisado e retrabalhado, contribui para a construção de sua consciência histórica (BARROS, 2013, p. 316).

Logo, a abordagem da história cotidiana e dos fatos presentes introduzindo a possibilidade de resgatar o passado, através de variadas formas, entre elas, o uso de fontes disponíveis na própria localidade - quando existirem: os livros, a literatura de cordel, músicas e poesias, as fotografias, o patrimônio histórico material e

imaterial, os documentos dos arquivos, bem como, descobrindo e explorando as fontes vivas através de depoimentos orais (BARBOSA, 2006, p. 66). A professora Vilma de Lourdes Barbosa (2006), sobre o ensino de história local, afirma que

Para desenvolvermos atividades com o ensino de história e, em especial, com o de história local, devemos partir da proposta de repensar a sua produção e ensino mais coerente com uma prática comprometida com uma pedagogia social, em que deveria somar-se a experiência e a formação de professores do ensino, fundamental, médio e superior, alunos e comunidades locais, embasados numa educação autêntica como propõe Freire, “A educação autêntica, repetimos, não se faz de A para B ou de A sobre B, mas de A com B, mediatizados pelo mundo. Mundo que impressiona e desafia a uns e a outros, originando visões ou pontos de vista sobre ele” (BARBOSA, 2006, p. 66).

É notória a importância da construção sensível através do cotidiano e representações simbólicas da própria comunidade que cerca o patrimônio, mas que muitas vezes é excluído desse saber.

Dessa forma, muitas vezes é pensada a ideia de elaborar questões normativas que envolvam o ensinar a comunidade, mas sem pensar na comunidade. Sendo importante pensar em práticas educativas que estimulem o debate são fundamentais para ações de educação patrimonial junto à comunidade. Ações que intermedeiem o diálogo, sendo possível que:

Elas partem não de um patrimônio dado, fetichizado, que deve ser aceito e contemplado passivamente. Ao contrário, abre possibilidade de construção coletiva do que é considerado patrimônio cultural, a partir do diálogo e da negociação, tendo em mente inclusive os conflitos que possam surgir nesse processo, o que implica debate, embate, dissenso, consenso (TOLENTINO, 2019, p. 146).

E é neste contexto que ressaltamos a importância do ensino sobre patrimônio a partir da história local, para que assim se possa tratar das especificidades locais, que são de suma importância, apresentando aos alunos uma “história que parta de um acontecimento ou de um cotidiano que eles conhecem empiricamente e, assim, estudar e relacionar os acontecimentos locais com os acontecimentos globais” (PAIM; PICOLLI, 2007, p.). Neste sentido, Barros complementa que:

O ensino de História pode também possibilitar ao aluno reconhecer a existência da história crítica e da história interiorizada e a viver conscientemente as especificidades de cada uma delas. O estudo de sociedades de outros tempos e lugares pode possibilitar a constituição da própria identidade coletiva na qual o cidadão comum está inserido, à medida que introduz o conhecimento sobre a dimensão do ‘outro’, de uma

'outra sociedade', 'outros valores e mitos', de diferentes momentos históricos (BARROS, 2013, p. 305).

Percebemos assim, que o ensino de história local e o desenvolvimento pedagógico em torno do patrimônio cultural tem um forte potencial para se apropriar de noções interdisciplinares já que os estudantes passam a compreender a relevância da responsabilidade coletiva na preservação patrimonial. Para tanto, Pacheco (2017) aponta que a interdisciplinaridade

Também pode-se relacionar com a preservação ambiental, pois o espaço construído passa a ser percebido como meio ambiente social. As práticas de leitura e interpretação também podem ser inseridas nessas ações, posto que os bens patrimoniais fazem parte de um amplo código cultural a ser interpretado e semantizado sem esquecer que a cultura material evidencia os efeitos do tempo-espaço tanto na sua dimensão da física como da sociologia (PACHECO, 2017, p. 88).

Nesse sentido, trabalhar com o ensino de história e história local, na abordagem da educação patrimonial e na perspectiva do patrimônio cultural (material e imaterial), é poder também articular outros saberes, a exemplo dos saberes disciplinares de Língua Portuguesa e da Geografia.

2.2. A abordagem da Educação Patrimonial

A educação sobre patrimônio se torna uma das prioridades para os pesquisadores do tema, pois apenas democratizando esse conhecimento é que o patrimônio passará por seu processo decolonial. Com ela, pode-se promover formação e informação sobre o processo de construção de identidades múltiplas e estimular o desenvolvimento de reflexões sobre o sentido coletivo da história e das políticas de conservação, tornando importante essa abordagem.

Sobre a questão da educação patrimonial, o autor Átila Tolentino (2016) nos explica que:

O Iphan adota o patrimônio cultural como uma construção social e, portanto, de ser apropriado socialmente. O ganho está em não conceber o patrimônio como um produto dado, que existe por si só e antes mesmo do sujeito social. Por isso, a educação patrimonial é concebida também a partir da noção de referências culturais, que são conformadas socialmente com a participação efetiva dos detentores e produtos dessas mesmas referências, por meio de um processo permeado de consensos e conflitos a ele inerentes. O importante é o processo dialógico e democrático dessa prática educativa, numa perspectiva freiriana, que preza pela alteridade, pelo

respeito à diversidade cultural e pela participação ativa dos produtores e detentores do patrimônio como sujeitos sócio-históricos (TOLENTINO, 2016, p. 40).

A prática educativa que o autor fala, é a da “Educação Autêntica” (Freire, 1986). Por isso uma educação “sobre” o patrimônio, repleto de história da localidade, agregando a própria comunidade e os estudantes, de alguma forma, deve ser utilizada nesse processo de respeito à diversidade.

Tolentino denuncia que inúmeros trabalhos dentro da academia repetem o texto do Guia Básico de Educação Patrimonial (Horta; Grimberg; Monteiro, 1999), trazendo uma ideia de alfabetização cultural inspirada nos escritos de Paulo Freire, mas sem a necessária reflexão no âmbito da educação patrimonial. Além disso, o guia concebe a educação patrimonial como uma metodologia e não como um processo. Segundo o autor,

A concepção de educação patrimonial adotada no referido Guia apresenta-se como instrutivista, isto é, a educação é considerada apenas como “transmissão de conhecimento”. Parte de um patrimônio cultural dado, fetichizado, e não concebe o patrimônio como uma construção e apropriação social, com seus consensos e conflitos. Nesse sentido, utiliza-se de conceitos controversos, como o de alfabetização cultural, que vai de encontro ao conceito antropológico de cultura. Ao afirmar que é necessário alfabetizar o outro culturalmente, não reconhecemos o outro como produtor e protagonista de sua própria cultura e colocamos uma cultura (a minha) como superior à outra (a do outro). Não se considera, desta forma, o conhecimento como uma ação mediadora a partir de uma construção coletiva e dialógica (TOLENTINO, 2016, p.40-41).

Silveira e Bezerra (2007) defendem ainda que tais “perspectivas conscientizadoras” desconsideram a visão de mundo dos envolvidos com o processo de conservação patrimonial, tendendo a tomá-los como pessoas que necessitam da luz do conhecimento para aclarar suas consciências obtusas (SILVEIRA; BEZERRA, 2007, p. 87). Dessa forma, Florêncio (2019) ressalta, em diálogo com o que foi exposto, que

Ao sistematizar diretrizes e eixos norteadores fundamentais, a área procurou ampliar suas formas de atuação abarcando, de um lado, a noção ampliada de patrimônio cultural (presente no artigo 216 da Constituição Federal de 1988) e, de outro, os novos modelos de gestão pública que privilegiam a construção coletiva e participativa das políticas públicas e as ações intersetoriais do Estado. Também foi se consolidando o entendimento da educação como processo que privilegie a construção coletiva e dialógica do conhecimento e que identifique os educandos como sujeitos históricos e transformadores de suas realidades em seus territórios (FLORÊNCIO, 2019, p.59).

Ou seja, é relevante que se tenha uma construção coletiva das ações educativas, colocando a comunidade como protagonista e produtora de saberes que reconhece suas referências culturais em associação à memória social do local. Como ressaltado por somente com uma construção coletiva e participativa dessas ações é que se pode alcançar eficácia e efetividade em seus objetivos.

A ideia é que se estabeleça um diálogo entre os envolvidos onde estes exerçam uma mediação entre os fatos e problemas envolvidos, de modo a estabelecer medidas para que este bem repleto de memórias e representações seja constituído dentro de processos válidos e possíveis para toda comunidade. Logo,

É necessário compreender o patrimônio de uma forma crítica e não apenas contemplativa. Cabe, portanto, ao educador patrimonial, criar possibilidades para uma construção coletiva do que é patrimônio cultural, a partir do diálogo e da negociação, sabendo que, nesse processo, necessariamente pode haver consensos, dissensos, dilemas e conflitos (TOLENTINO, 2016, p. 44).

De modo que conhecer é o primeiro passo para proteger as nossas referências culturais, mas a dimensão simbólica do espaço costuma ser mais vivida do que conhecida e essa dimensão raramente é levada em conta (TOLENTINO, 2016, p. 44). Para reforçar o entendimento sobre essa discussão, Pérez (2009) se faz importante nesse diálogo, apontando que:

A complexidade do mundo contemporâneo coloca, para a escola e a formação de professores, o desafio de incorporar as diferentes leituras de mundo, os diversos contextos culturais, a pluralidade de significações e a multiplicidade de saberes que constituem a alteridade dos vários atores que circulam no cotidiano da escola. (PÉREZ, 2009, p. 254).

O ensino sobre patrimônio não se constitui a uma temática específica a ser trabalhada no livro ou na sala de aula, mas sim uma discussão onde é perpassada ao longo dos temas mais diversos desenvolvidos em aula. Acerca dos documentos oficiais, percebemos algumas lacunas sobre a temática patrimonial.

O autor Renilson Rosa Ribeiro nos traz apontamentos dialógicos que ressalta os saberes históricos nos documentos oficiais. Para este autor, é preciso entender que o currículo de História ou de qualquer outra disciplina tem seus autores; existem sujeitos por detrás deles (RIBEIRO, 2004).

Os textos insistem em um ensino de História que faça os estudantes compreender o tempo presente, ao estudar as sociedades passadas, e perceber-se como atores sociais capazes de transformar a realidade, contribuindo para uma sociedade crítica e participativa.

No entanto, Ribeiro (2004) aponta que Fernand Braudel já havia denunciado essa ideia de cidadão ideal através do ensino de história, uma ciência incerta, que, por sua vez, ainda traz um ensino e propostas curriculares pautadas no domínio social e na moral religiosa, podendo não trazer “boas lições” (Ribeiro, 2004, p. 95). Assim,

Mais do que “cidadãos críticos”, precisamos formar “cidadãos leitores”, sujeitos capazes de realizar uma leitura interpretativa e compreensiva da História ou da “realidade”. Precisamos de cidadãos críticos, mas que sintam necessidade e vontade de adquirir conhecimento. Talvez o prazer em aprender, em adquirir cultura, devesse ser desenvolvido com maior intensidade (RIBEIRO, 2004, p. 96).

A BNCC nos aponta que os estudos da história local conduzem aos estudos dos diferentes modos de viver no presente e em outros tempos, que existem ou que existiram no mesmo espaço (BRASIL, 1998, p. 52).

Não se aprende História apenas no espaço escolar. As crianças e jovens têm acesso a inúmeras informações, imagens e explicações no convívio social e familiar, nos festejos de caráter local, regional, nacional e mundial. São atentos às transformações e aos ciclos da natureza, envolvem-se com os ritmos acelerados da vida urbana, da televisão e dos vídeos, são seduzidos pelos apelos de consumo da sociedade contemporânea e preenchem a imaginação com ícones recriados a partir de fontes e épocas diversas. Nas convivências entre as gerações, nas fotos e lembranças dos antepassados e de outros tempos, crianças e jovens socializam-se, aprendem regras sociais e costumes, agregam valores, projetam o futuro e questionam o tempo (BRASIL, 1998, p. 37-38).

Desse modo, as competências de ciências humanas nos apontam caminhos possíveis de se desenvolver a temática do patrimônio dialogando com as habilidades para um ensino capaz de garantir as aprendizagens essenciais definidas para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Tais competências englobam de maneira geral, sem aprofundamentos, mas que será necessário no desenrolar no processo de ensino-aprendizagem das ciências humanas. De modo que é possível interpretar, nas entrelinhas, as habilidades para que sejam desenvolvidos procedimentos metodológicos a fim de discutir de maneira

dialógica as circunstâncias históricas favoráveis à emergência das matrizes conceituais sobre a temática.

Por mais que a BNCC mencione a história local, ela não é colocada em um lugar de protagonismo, ficando como coadjuvante no currículo e, por muitas vezes, negligenciada.

Sendo que o estudo de história local é de suma importância, uma vez que através dele, o aluno constrói sua consciência histórica e sua concepção de pertencimento através das memórias coletivas apreendidas naquele local. Tal apreensão pode ser potencializada através da educação patrimonial.

Sobre a temática do patrimônio e história local no ensino da disciplina de história, é necessário se ter em mente, para que seja repassado aos estudantes de forma crítica, o que baseia e seleciona a preservação dos bens e manifestações culturais que representam a memória de uma determinada comunidade ou nação. Assim, como são desenvolvidas as aulas sobre patrimônio? Elas permitem que o estudante compreenda e aprenda sobre a história local de maneira eficiente ou contemplativa? Ele vai sentir identificação e querer preservar este bem *mnemônico*? Estas são questões norteadoras antes da elaboração de uma aula acerca desse tema.

A tarefa da disciplina História é fornecer ao estudante um senso de identidade que estimule e facilite sua cooperação com o outro: pessoas, nações, culturas diferentes. Trabalhando com a perspectiva da História do Cotidiano, a História se torna mais acessível às crianças e adolescentes (BARROS, 2013, p. 308). O que é enfatizado ainda mais por Pollack (1992) quando aponta que:

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletivo, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLACK, 1992, p. 05).

Ou seja, o ensino de história desenvolvido de maneira crítica para elaborar a forma que os estudantes olham para sua trajetória e seu lugar enquanto sujeitos de transformação que exercem influência no mundo e na história. Sendo assim:

A história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência – escola, casa,

comunidade, trabalho e lazer -, e igualmente por situar os problemas significativos da história do presente (BITTENCOURT, 2008, p. 168).

Torna-se fundamental o desenvolvimento ainda na escola mesmo sendo um tema de grandes discussões que vão além dela. O entendimento do patrimônio, a apreensão de uma história local pautada na realidade e vivência dos alunos, poderá exercer uma configuração identitária nestes, sendo um dos aspectos mais relevantes a se considerar ao se proporá estudos nessa área. Ainda assim, precisa-se atentar que:

Muitas vezes esta tem sido objeto de estudo escolar preservando, no entanto, os mesmos pressupostos norteadores da história nacional. A história local pode de simplesmente reproduzir a história do poder local e das classes dominantes, caso se limite a fazer os alunos conhecerem nomes de personagens políticos de outras épocas, destacando a vida e obra de antigos prefeitos e demais autoridades. Para evitar tais riscos, é preciso identificar o enfoque e a abordagem de uma história local que crie vínculos com a memória familiar, do trabalho, da migração, das festas... A questão da memória impõe-se por ser a base da identidade, e é pela memória que se chega à história local. Além da memória das pessoas, escrita ou recuperadas pela oralidade, existem os “lugares da memória”, expressos por monumentos, praças, edifícios públicos ou privados, mas preservados como patrimônio histórico. Os vestígios do passado de todo e qualquer lugar, de pessoas e de coisas, de paisagens naturais ou construídas tornam-se objeto de estudo (BITTENCOURT, 2008, p. 169).

Pensar em ações que possibilitem um vínculo concreto entre a escola, a prática cidadã e o patrimônio, ou seja, entre a consciência da salvaguarda e a educação crítica-reflexiva, poderá evidenciar o direito à memória da própria comunidade, bem como a manutenção da diversidade cultural do local.

Assim, é essencial que o professor que desenvolverá a disciplina busque um ensino patrimonial que promova o sentimento de preservação de um patrimônio que vá além daquele escolhido, consagrado e elitista, sem reconhecimento e identificação diante do surgimento desse bem cultural, permitindo que se acrescente um conhecimento mais consciente e que promova ao estudante sentimento de representatividade.

3. COMPOSIÇÕES METODOLÓGICAS DA PESQUISA

Apresentamos neste capítulo as tessituras do percurso metodológico da pesquisa; nele serão expostos os sujeitos envolvidos para o progresso e o cenário onde o estudo foi realizado, bem como as abordagens e reflexões literárias trazidas por autores que discutem a temática e que embasam metodologicamente o trabalho.

Diante das lacunas que serão explanadas no decorrer do texto e acerca da temática sobre o ensino patrimonial e a história local, este tema foi escolhido pela oportunidade dialogar através de uma proposta pedagógica interdisciplinar que diminua os espaços silenciados sobre esse tema tão complexo dentro da história e da educação.

Ressaltando a importância do ensino sobre patrimônio e a história local, trazendo à tona perspectivas de abordagens atreladas ao ensino de História, a escolha do objeto de estudo se deu pela importância do entendimento da história e da memória na construção de uma identidade local como caminho viável para preservação dos patrimônios.

Para desenvolver e analisar a possibilidade da realização desse estudo foi utilizado o aporte teórico e metodológico da pesquisa-ação, tendo como norte a entrevista com um professor de história de uma ECIT em Itabaiana - PB. Este atuou como avaliador da aplicação, por meio de uma disciplina eletiva, com a temática “O ensino sobre o patrimônio e a história da cidade de Itabaiana”.

Neste caso, a pesquisa em questão buscou, também, exercer um impacto social na cidade de Itabaiana, no que diz respeito ao entendimento sobre a importância patrimonial, gerada pelo ensino da história local. Assim, propomos caminhos que ajudem os estudantes a fortalecer sua identidade e seu reconhecimento enquanto cidadãos que também exercem influência histórica em sua cidade.

3.1. Concepções teórico-metodológicas

Dessa forma, faz-se necessário uma explicação teórica para a análise técnica do método de intervenção e coleta de dados analíticos. Para tanto, utilizando David Tripp (2005) como norte principal acerca do tema da pesquisa-ação, ressalta-se o apontamento onde:

A pesquisa-ação educacional é principalmente uma estratégia para o desenvolvimento de professores e pesquisadores de modo que eles possam utilizar suas pesquisas para aprimorar seu ensino e, em decorrência, o aprendizado de seus alunos, mas mesmo no interior da pesquisa-ação educacional surgiram variedades distintas (TRIPP, 2005, p.445).

A escolha metodológica trouxe grandes contribuições para responder as questões do problema central dessa pesquisa, apontando soluções e sugestões para que possamos obter auxílio nas atividades de transformação.

Entretanto, a utilização no campo do ensino dessa metodologia se faz valioso diante das possibilidades de debates e discussões que pode ser apresentada a partir de sua execução. Tripp (2005) também ressalta que

É importante que se reconheça a pesquisa-ação como um dos inúmeros tipos de investigação-ação, que é um termo genérico para qualquer processo que siga um ciclo no qual se aprimora a prática pela oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela. Planeja-se, implementa-se, descreve-se e avalia-se uma mudança para a melhora de sua prática, aprendendo mais, no correr do processo, tanto a respeito da prática quanto da própria investigação (TRIPP, 2005, p.445).

Ressaltando, a importância do método como processo de evolução e aprendizado, de troca e integração, acerca do que se tem planejado como transformação. Sendo assim, é por meio da pesquisa-ação que é possível estudar de forma dinâmica os problemas, decisões, ações, negociações, conflitos e entendimentos críticos que ocorrem entre os agentes no processo de mudança da situação.

Na pesquisa-ação uma capacidade de aprendizagem é associada ao processo de investigação. Isto pode ser pensado no contexto das pesquisas em educação, comunicação, organização ou outras. O fato de associar pesquisa-ação e aprendizagem sem dúvida possui maior relevância na pesquisa educacional, mas é também válido nos outros casos. As pesquisas em educação, comunicação e organização acompanham as ações de educar, comunicar e organizar. Os "atores" sempre têm de gerar, utilizar informações e também orientar a ação, tomar decisões, etc. Isto faz parte tanto da atividade planejada quanto da atividade cotidiana e não pode deixar de ser diretamente observado na pesquisa-ação. As ações investigadas envolvem produção e circulação de informação, elucidação e tomada de decisões, e outros aspectos supondo uma capacidade de aprendizagens dos participantes. Estes já possuem essa capacidade adquirida na atividade normal. Nas condições peculiares da pesquisa-ação essa capacidade é aproveitada e enriquecida em função das exigências da ação em torno da qual se desenrola a investigação (THIOLLENT, 1986, p.66).

Ainda no debate estabelecido sobre pesquisa ação por David Tripp (2005) este discorda de algumas definições que limitam o conceito sobre a pesquisa-ação e afirma acreditar que a “Pesquisa-ação é uma forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática” (TRIPP, 2005, p.447).

Fazendo-nos perceber que muitas vezes não há uma explicação satisfatória sobre o que estamos observando ou vamos observar. Assim, esse método de pesquisa muitas vezes é operado de maneira dedutiva, onde não existem teorias prontas que se ajustem aos nossos dados ou intenções e trabalhamos de maneira indutiva, teorizando nossos dados mediante a criação de novas categorias (TRIPP, 2005). Mas quando indagamos, o fazemos por haver alguma coisa e a indagação, o questionamento (que é por si só o expoente da pesquisa) é o que podemos fazer para aprimorar a prática.

Tendo exposto a natureza interativa da pesquisa-ação, esta nos fez perceber que uma das técnicas que mais se adapta a elaboração da solução do problema deste trabalho é a entrevista, posto que a pesquisa-ação, como uma forma de investigação-ação, é um processo corrente, repetitivo, no qual o que se alcança em cada ciclo fornece o ponto de partida para mais melhora no seguinte (TRIPP, 2005).

3.2. Ensino de História e a lacuna do patrimônio

O ensino de história que vem sofrendo imensas alterações ao longo dos últimos anos, entre elas, destaca-se a diminuição da carga horária e a compilação dessa disciplina a três outras, formando a grande área de “Ciências humanas”, reduzindo com isso a importância de um desenvolvimento pleno em de um debate individual de cada uma dessas disciplinas, agravando questões como a carência de enfoque teórico no que se tem de mais importante no processo de ensino-aprendizagem da disciplina de história, por exemplo: a elaboração do senso crítico cidadão.

Dessa forma, percebe-se que o que já era difícil, no sentido de termos profissionais em sala de aula, como professores que se veem obrigados a desconstruir as ondas de revisionismos históricos, notícias falsas e reinterpretações “benévolas” e arriscadas de tempos históricos (como os regimes totalitários, por exemplo), os professores de história ainda lidarão com a retirada de algumas aulas

da sua carga horária, aumentando *déficits* de desenvolvimento crítico dos estudantes e favorecendo os “donos do poder” que estruturam a sociedade. À luz da explicação, o referencial de Bourdieu (1989) nos aponta que

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. (BOURDIEU, 1989. p. 10).

Um sistema escolar que quebre com os paradigmas hierárquicos não é de interesse das classes dominantes, logo, não será facilmente executado em lugares onde é tão arraigado de raízes da dominação e do poder simbólico. Sobre este último, ainda na perspectiva do autor supracitado percebe-se que as estratégias simbólicas utilizadas por cada classe, grupo ou meio são estruturantes, pois se trata de instrumentos de conhecimento e comunicação, dessa forma, exercem o poder simbólico que estrutura por ser estruturado (BOURDIEU, 1989, p. 09).

Sendo assim, abre-se uma brecha para se trabalhar a temática sobre os bens materiais e imateriais quebrando o ciclo imposto onde os mais poderosos perpetuam a ideia de dominação e imposição cultural, sendo estas, por exemplo, o patrimônio, muitas vezes eurocêntrico e obsoleto diante da imensidade cultural, artística e histórica do âmbito nacional.

Para tal, a opção de desenvolver o produto voltado para o ensino de um patrimônio local e que envolva os sujeitos de um sentimento de pertencimento e construção desse patrimônio, foi considerada devido a possibilidade de utilizar uma disciplina à parte da grade curricular de ensino, que dialoga com as habilidades e competências do sistema educacional, porém com um pouco mais de liberdade encontrada fora dos padrões estabelecidos e que muitas vezes não comportam a demanda necessária para um pleno desenvolvimento da temática.

Utilizando essa disciplina, chamada de eletiva e ofertada pelos professores no início de cada semestre, a proposta de configura em uma ementa de caráter multidisciplinar onde um professor de História, associado aos professores de Geografia e de Letras Português, trabalharão juntos para que o ensino sobre

Patrimônio venha a se consolidar como algo que agregue ao senso crítico, cívico e cultural do estudante sobre a sociedade que ele vive e a cidade que o cerca.

3.3. Patrimônio e a formação de professores

A formação de professores de história nos encaminha para a efetivação principal do objetivo do ensino dessa disciplina, que é a construção do senso crítico do estudante, onde este consiga entender e exercer seu papel enquanto cidadão, nos faz perceber que a discussão sobre patrimônio, além de realçar esse caráter pedagógico, nos encaminha para o papel da elaboração da identidade dos sujeitos e a resiliência social atrelada à identificação no meio.

É necessário pensar em alternativas que estimulem nossas metodologias para que o ensino de história e mais particularmente, o ensino sobre o patrimônio, que perpassa por uma abordagem mais efetiva da proposta da disciplina, sendo capaz de apontar caminhos desde a nossa formação enquanto docentes. Luis Fernando Cerri nos aponta que

Ensinar história considerando a consciência histórica é desenvolver atividades que permitam que o educando conheça história – de preferência a história que, de forma mais aproximada, seja sua história – ao mesmo tempo que conhece diferentes formas pelas quais se lhe atribuiu significado. O famoso bordão de que “o aluno deve produzir conhecimento histórico” não conduz (embora também não impeça) a que ele tenha que fazer pesquisa histórica parecida com a convencional, mas indica muito mais que ele pode construir interpretações passíveis de serem usadas para sua própria história, que envolve seu passado, presente e futuro. Com interpretação própria (o que não quer dizer exclusiva, mas consciente e informadamente assumida) da história, ele tem condições de ser sujeito autônomo (CERRI, 2011, p. 130).

A citação ressalta a importância da mediação entre o fato histórico, a disciplina e o processo de ensino-aprendizagem, bem como a relevância de apresentar uma história mais próxima da realidade dos estudantes, retirando-a desse lugar contemplativo e relapso que muitas vezes o conteúdo remete. Eventualmente,

A rejeição de muitos alunos em estudar história pode não ser somente uma displicência com os estudos ou uma falta de habilidade com essa matéria, mas um confronto de concepções muito distintas sobre o tempo, que não encontram nenhum ponto de contato com o tempo histórico tal como aparece na narrativa de caráter quase biográfico das nações ou da humanidade (CERRI, 2011, p. 17).

Assim, é importante perceber que um ensino de história pautado na experiência dos sujeitos do ambiente escolar, bem como compreender qual a relação sensível com o passado e a compreensão dinâmica do tempo que eles têm, nos possibilita conhecer as surpresas, as mudanças imprevistas do desenrolar dos acontecimentos que abre as portas da inteligência, à possibilidade histórica (CERRI, 2011, p. 116). Sobre o exposto, Tardif (2005) ressalta que:

O objetivo da escola nunca é simplesmente ensinar aos alunos, mas trata-se sempre de ensinar-lhes conhecimentos determinados, apresentados de uma maneira particular, de acordo com um ordenamento preciso e em função de uma imagem legítima do conhecimento, da cultura. Desse ponto de vista, transmissão e socialização, aprendizagem e disciplina, conteúdo cognitivo e princípio pedagógico são aspectos de uma só e mesma atividade: ensinar (TARDIF, 2005, p. 71).

No contexto da sala de aula, muitos professores fazem uso do livro didático, por ser um dos recursos mais próximos deles e dos alunos. Este, na maioria das vezes, nos aponta para questões que remetem a um patrimônio eurocêntrico, pautado na ênfase sobre o conhecimento histórico de uma elite europeia e que mesmo com heranças na cultura brasileira, ainda se encontra muito distante da realidade e da vivência dos próprios estudantes.

Pensar sobre as questões associadas ao patrimônio é questionar também os caminhos percorridos na nossa formação, onde, na maioria das vezes, perpassa sobre um ensino muitas vezes enraizado de uma narrativa histórica onde o patrimônio é deliberadamente europeu e colonial, e a história local não se desenvolve com a atenção necessária. Estes questionamentos configuram-se como os primeiros passos para o desenvolvimento de uma prática educativa mais democratizada sobre esse tema.

3.4. Os instrumentos de pesquisa

Para análise e desenvolvimento desta pesquisa, fora utilizada a entrevista como instrumento de coleta de dados para aprofundamento teórico acerca do tema. As entrevistas foram gravadas e transcritas mediante a aprovação do participante.

Foi através da entrevista que se tornou possível o desenvolvimento e a investigação da abordagem deste tema na sala de aula, se tornando muito importante para esta pesquisa, tivemos como determinante uma maneira própria de comunicação no qual a informação foi transmitida. Sendo assim,

Como já foi visto um instrumento de coleta de dados desse tipo necessariamente pressupõe o conhecimento das perguntas mais relevantes e, o que é mais importante, pressupõe o conhecimento das principais respostas fornecidas pelas pessoas. Deve estar claro que, à medida que o pesquisador deseje impor suas perguntas a outras pessoas e/ou conheça bem a população que será entrevistada, o questionário é uma estratégia legítima. Quando, todavia, não deseja impor sua visão da realidade, ou pressupõe que não conhece bem a população que será entrevistada, ele precisa de uma estratégia diferente, mais flexível que não apresente a rigidez de formulação da entrevista - estruturada ou do questionário (RICHARDSON, 2012, p. 208).

A entrevista permite que o entendimento acerca do tema seja mais próximo da realidade, posto que na maioria das vezes quem vá ser entrevistado tem uma perspectiva mais aprofundada e interpessoal sobre a problemática. Mas para que isso seja devidamente analisado através da metodologia científica, Richardson (2012) nos indica que

O entrevistado deve ter liberdade de falar, deve poder abordar o tema na forma que ele quiser. O entrevistador não deve fazer perguntas específicas, deve permitir análise detalhada, manifestar interesse e prestar atenção do começo ao fim. Diferentes maneiras de mostrar-se interessado são locuções, tais como, é, sim, veja, entendo etc., olhares e assentimentos com a cabeça. Essas manifestações de interesse não devem estar acompanhadas de reações pessoais avaliativas ou interpretativas, as quais podem levar o entrevistado a se defender ao a discutir a ideia do entrevistador. questionário (RICHARDSON, 2012, p. 210-211).

O autor nos orienta ainda sobre a necessidade de pensar a entrevista não como um o fim da pesquisa, mas sim como um instrumento, um caminho para isso, sendo esta um valioso mecanismo de coleta de dados. Dessa forma, para o autor,

As consequências do mau uso dependem exclusivamente do pesquisador. Um médico que utiliza de forma inadequada o bisturi pode aleijar ou matar um paciente. Um pesquisador social que utiliza inadequadamente um instrumento pode destruir uma comunidade questionário (RICHARDSON, 2012, p. 219).

Para isso, este estudo será desenvolvido em dois momentos, onde no primeiro, um profissional da disciplina de História foi entrevistado para nos explicar sobre a sua forma de ensino e abordagem metodológica, bem como dificuldades e problemas encontrados sobre o tema exposto. E no segundo momento, ele analisou a ementa que guiou o a elaboração do produto deste trabalho e decidirá se a proposta consegue ou não abarcar a temática de maneira plena e competente.

3.5. O lócus de pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida no cenário da cidade de Itabaiana, na Paraíba, que fica aproximadamente a 70 km de distância da capital, João Pessoa. Segundo o IBGE⁶, é uma cidade com população estimada, em 2020, de 24.419 pessoas, onde a escolarização, de 6 a 14 anos, se aproxima de 96,7%. O contexto dessa cidade e de sua história local e patrimonial foi estímulo direto para elaboração deste trabalho.

O professor Alex, entrevistado para essa pesquisa, é profissional de História, formado pela Universidade Estadual da Paraíba no ano de 2006, mas começou a atuar como professor desde 1998, contabilizando aproximadamente 23 anos de experiência em sala de aula. No ano de 2011 passou pela seleção para professor efetivo do estado da Paraíba, sendo selecionado no ano seguinte como profissional efetivo da 12ª Regional de Ensino. Ele leciona na Escola Cidadã Integral Técnica Estadual de Itabaiana Dr. Antônio Batista Santiago, desde 2019, atuando diretamente com cerca de 400 alunos e com turmas que vão do 1º ao 3º ano do ensino médio.

3.6. Análise de dados: resultados iniciais

Sobre a própria prática em sala de aula, sobre a temática, o professor Alex, ressalta alguns dos problemas enfrentados para abordar e desenvolver esse tema em suas aulas, diante do sistema educacional no qual ele se encontra inserido e que é a realidade da maioria dos professores de história das Escolas Técnicas Cidadãs, no estado da Paraíba. Segundo o professor Alex,

A escola lá é ela uma escola técnica, isso já traz um certo peso pedagógico pra escola. A gente trabalha a BNCC, mas a escola ela não é uma escola só voltada pra grade curricular da BNCC. Ela possui dois cursos técnicos, então existe uma prevalência da grade curricular da escola em relação a essas disciplinas técnicas. Eu trabalho essa questão do patrimônio com as minhas turmas, eu considero, de maneira bem superficial. Esse trabalho está sendo bom porque, inclusive, me levou a repensar essa questão, mas esse trabalho é feito de maneira bem superficial, considerando primeiro o aspecto de ser uma escola técnica e um outro aspecto, um segundo, que diz respeito a carga horária. Porque para as turmas de primeiro e segundo ano eu tenho apenas duas aulas por semana. E para as turmas do terceiro, é apenas uma aula por semana. Então, diante de uma carga horária tão curta, eu tenho que (não é que esse assunto não seja importante, pelo

⁶ Fonte: Portal Cidades IBGE. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/itabaiana.html>>. Acessado em 04 de agosto de 2021.

contrário, patrimônio é uma questão que eu considero muito importante), mas existe todo um assunto a ser trabalhado. E eu tenho que me organizar para cumprir com essa grade de assuntos até o final do terceiro por isso eu considero que essa temática é trabalhada de modo superficial (Professor Alex, 10/07/2021).

Diante do exposto, ainda se faz necessária uma análise crítica acerca da forma que é abordado o ensino dessa temática que por sua vez é tratada de maneira a ser contada através da ótica colonizadora, elitizada, embranquecida e patriarcal, excluindo os principais autores e construtores desse patrimônio: a vivência particular e do cotidiano da própria comunidade como um todo. E é essa história tão silenciada ao longo dos tempos que precisa ser resgatada e contada de perto para os estudantes; por esses silêncios que se faz imediato o ensino sobre a história e o patrimônio local.

Sobre o desenvolvimento de uma abordagem acerca da história local em suas aulas, o professor responde que

Esse também é outro problema, porque lá na escola, mesmo a escola sendo técnica e tendo projetos para a localidade, nós não (pelo menos no âmbito da disciplina de história lá) não há essa preocupação tão grande com o entendimento local que deveria haver também, por situações aqui que já contei, primeiro devido a carga horária que é muito pequena, é muito baixa. Uma outra coisa que embora seja uma escola técnica, mas trabalhando com a BNCC existe também, por parte tanto da direção como também pra área ali dá secretaria, uma exigência para que a gente trabalhe os assuntos que são exigidos para o ENEM, porque mesmo sendo uma escola técnica a gente também trabalha essa questão do ENEM. Tanto que o aluno quando termina o terceiro ano ele tem, vamos dizer assim, mais de uma opção, tanto a opção pra uma formação técnica como também pra uma formação acadêmica no caso se ele quiser seguir a carreira universitária. Então existe uma preocupação maior em relação àquilo que o ENEM exige, pede, de modo que neste caso aí, a o estudo de história local fica um pouco ali de lado (Professor Alex, 10/07/2021).

Desse modo, percebemos que questões como a diminuição da carga horária da disciplina de história, bem como o sistema de ensino voltado para a inserção do aluno no mercado de trabalho e não na criação de um senso crítico, ou seja, um ensino que consiste, em alguns casos, no foco da aprovação nos vestibulares, são lacunas que se abrem e se torna ainda mais distante a busca pela construção de um sentimento de pertencimento e identidade para pleno exercício de cidadania.

O produto apresentado nos leva a desenvolver uma ementa que compreenda a elaboração de uma disciplina eletiva agregando o tema sobre patrimônio e história local para que se possa estimular a preservação dos estudantes e enfatizar o conhecimento sobre a cidade que a escola está inserida.

O guia contém informações que ajudam os professores que pretendem ensinar uma disciplina com esta temática, possam atentar no desenvolvimento de aulas que não perpetue o ensino sobre um patrimônio distante e ausente da realidade dos estudantes, mas sim um que faça parte do cotidiano, muitas vezes naturalizado, dos mesmos.

Atrelando temas como construção do espaço urbano e rural; povoamento e expansão territorial; história, cultura e artes dos povos nativos; história política, social e econômica da cidade; desenvolvimento artístico e cultural; impactos regionais afetados pela cidade, a disciplina buscará desenvolver o senso de identidade dos estudantes acerca da sua cidade.

3.7. A disciplina eletiva

Escolhemos a nossa proposta de trabalhar com a educação patrimonial dentro da perspectiva da história local e do patrimônio material e imaterial, numa eletiva, tendo em vista que essas discussões são carentes nas turmas de ensino médio.

Ela foi pensada utilizando como base a oportunidade de recorrer à educação patrimonial na escola de forma interdisciplinar, com a história, a geografia e a literatura, ampliando o alcance dialógico para efetivação do processo reflexivo acerca desse tema.

O padrão da Escola Cidadã Integral foi implantado no Estado da Paraíba em 2016, em cumprimento ao PNE, com o objetivo de oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, é uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE). O sistema dessas escolas é dividido entre escolas técnicas e regulares e a proposta é que elas ajudem “o estudante a pensar e a melhorar a própria vida. Os estudantes são incentivados a tomar decisões, descobrir o que querem fazer, planejar o futuro e compartilhar as responsabilidades com os outros colegas. Para além das disciplinas da base curricular – como Língua Portuguesa, Matemática e Química – há aulas de projeto de vida, eletivas, orientação de estudos e práticas laboratoriais”⁷.

Nesse modelo de escola o sistema pedagógico permite que os professores ofertem disciplinas no início do semestre letivo (Figura1), possibilitando ao estudante

⁷ Fonte: Paraíba – Quero Integral. Disponível em < <https://querointegral.com.br/pb/>>. Acessado em: 04 de agosto de 2021.

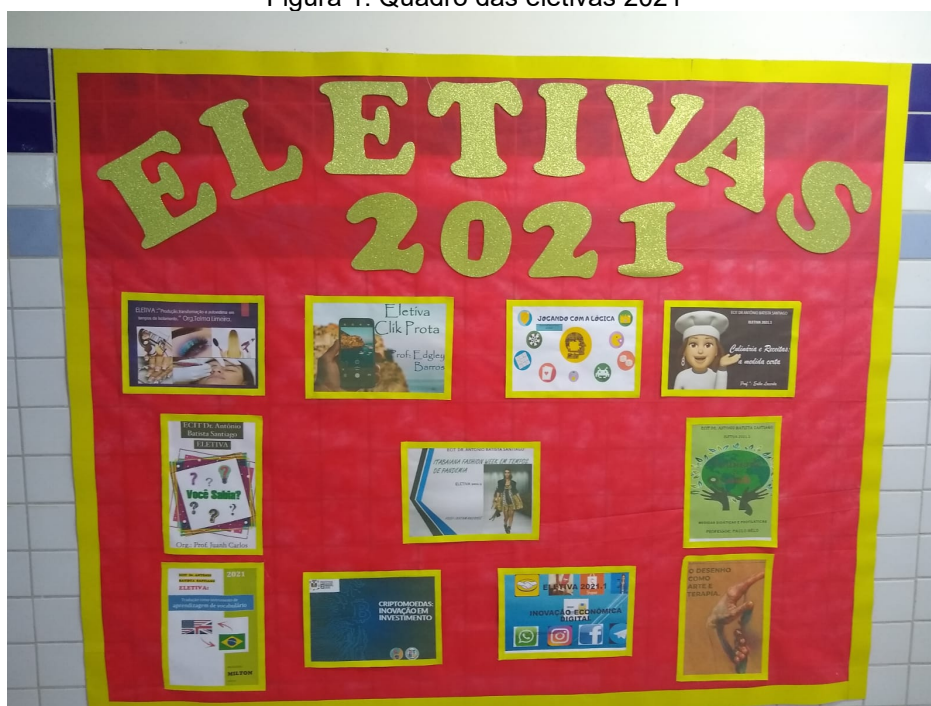
a liberdade de poder escolher algumas atividades interdisciplinares para “mudar” a rotina do sistema integral. Nas palavras do professor que atua em uma dessas escolas e nos forneceu uma entrevista, esta disciplina é:

O que é a eletiva? A eletiva é uma disciplina que é trabalhada pelo menos na nossa escola aqui, toda segunda-feira, nos dois últimos horários da manhã. São duas aulas dedicadas, toda semana, a essa disciplina. Os alunos, eles se inscrevem, o professor ele monta o projeto que vai trabalhar, onde ele vai trabalhar os 6 meses esse projeto, e então os alunos do primeiro ao terceiro ano se inscrevem. O número de vagas é limitado porque a escola faz uma seleção de quantos professores irão trabalhar a eletiva (que não são todos os professores, são alguns que trabalham a disciplina eletiva) e aí ela divide a quantidade de alunos que tem na escola pela quantidade de professores, então o número é estabelecido através dessa divisão aí. E aí que o professor, ele vai trabalhar como eu já disse durante 6 meses a cada segunda-feira nos dois horários da manhã. E o que é que acontece, como estou dizendo que a disciplina ela não pode ter, por exemplo, pra ser mais claro, nesse projeto o professor vai desenvolver um tema, um tema título para o projeto, esse tema título não pode trazer o nome de nenhuma disciplina da grade curricular. É claro que a eletiva vai trabalhar campos do conhecimento dessas disciplinas, mas não pode trazer no seu título, na sua temática ali, nada que leve o aluno a achar que aquela eletiva é sobre, por exemplo, o português, a matemática diretamente. Então o professor vai ter que trabalhar um projeto, claro, pode ser um projeto que desenvolva cálculo, pode ser um projeto que trabalhe questões com a língua, mas o projeto não pode, vamos dizer assim, ficar atrelado, ficar dependendo, vamos dizer assim, de uma disciplina específica da grade curricular. Essa a eletiva, ela tem que ser interdisciplinar, tem que trabalhar com várias disciplinas e ao mesmo tempo mostrar ao aluno que nessas variadas disciplinas a eletiva não tá ligada especificamente a nenhuma disciplina especial (Professor Alex, 10/07/2021).

Dessa forma, podemos perceber que o professor tem a liberdade de desenvolver uma disciplina que possa trabalhar o tema que este preferir, mas é importante atentar que também estimule a vontade dos alunos de querer participar e de estar presente.

Na foto a seguir, nos deparamos com as mais variadas propostas pedagógicas a serem trabalhadas no primeiro semestre de 2021 na Escola Cidadã Integral Técnica Estadual de Itabaiana Dr. Antônio Batista Santiago, e através do título-tema o aluno escolhe a proposta que mais lhe interessar.

Figura 1: Quadro das eletivas 2021



Fonte: Acervo próprio

Neste contexto, ao ser questionado, inicialmente, se ele avaliava de que forma a proposta de trabalhar a temática em uma disciplina eletiva, o professor Alex respondeu que:

Avalio positivo, avalio positivo. Agora, claro, desde que o professor tenha o cuidado de antes de passar essa eletiva, fazer todo o trabalho de conscientização na escola porque aí, se isso não for feito, o aluno pode acabar se inscrevendo pra eletiva achando que é uma coisa sendo outra. E isso poderá trazer uma série de problemas, tanto para o aluno quanto para o professor, no sentido do aluno ele acabar não se interessando pela disciplina e apresentar um comportamento de distanciamento em relação ao 'tá sendo trabalhado, e ao mesmo tempo também pelo professor que terá que tentar conscientizar o aluno de uma conscientização que poderia ter sido feita antecipadamente. E uma outra coisa, como uma vez que escolheu a eletiva o aluno não poderá ficar mudando, ele não poderá ficar saltando de uma eletiva pra outra. Aí o aluno teria que ficar naquela disciplina, o professor teria que ficar acompanhando-o, dentro de uma situação que, talvez, não seja do gosto nem do aluno e menos ainda do professor, que o bom é o professor trabalhar com alunos estimulados, desejando aprender e querendo desenvolver aquela eletiva (Professor Alex, 10/07/2021).

Permitindo através dessa interjeição, ao ser questionado ainda como seria o engajamento dos alunos acerca do tema, onde a resposta obtida foi que

Olhe, veja bem, como é um tema que ele foi pouco trabalhando, não dá pra gente entender de maneira mais profunda qual seria aí o engajamento dos alunos. Mas eu vou dizer por mim, porque como eu gosto da disciplina, eu gosto de história, sou até suspeito pra falar. Mas veja bem, diante do que eu conheço, diante do que nós conhecemos em relação a esse assunto acredito que este seria um assunto empolgaria sim, o aluno. Por que empolgaria o aluno? Porque a questão do patrimônio, é uma questão que diz respeito à identidade e a memória cultural do ambiente e o aluno no momento que ele se dá conta que existe aspectos ali da sua realidade local

que o leva a entender melhor quem ele é tanto do ponto de vista histórico como social; dele se enxergar melhor na sua identidade, eu acredito que isso empolga o aluno, leva o aluno a ver a realidade dele com um outro olhar. Dai essa minha ideia de no retorno pra escola trabalhar isso de uma forma melhor, de uma forma mais consistente, porque eu compreendo como esse trabalho ai com patrimônio ele é importante porque diz respeito ao que já falei, tanto a questão da memória, da preservação, inclusive dos aspectos culturais da localidade, como também a compreensão dessa memória dessa preservação na construção de uma identidade de um entendimento maior daquilo que o aluno é tanto no particular, sua identidade particular como sua identidade coletiva. Porque existe também isso da identidade coletiva, né? Na de um grupo ali se reconhecer; de pontos que aquela comunidade comunga, que aquele grupo comunga, e a gente só tem entendimento disso de maneira melhor quando a gente passa pela questão do patrimônio (Professor Alex, 10/07/2021).

Sendo assim, o que a fala do professor Alex nos apresenta é que a utilização da disciplina eletiva pode se configurar como uma alternativa para amenizar a lacuna que circunda a educação básica sobre a temática do ensino patrimonial e da história local aos alunos de nível médio. O professor acrescenta que pode, ainda, acrescentar senso crítico e social ao sentimento de pertencimento e identidade deles enquanto cidadãos.

Percebe-se que se faz necessário uma ementa que amplie o espaço para se estabelecer um diálogo acerca do patrimônio de maneira interdisciplinar permitindo uma melhor elaboração conceitual acerca dos processos de ensino e aprendizagem, como os que ressaltam Bittencourt (2008), Cerri (2011).

Sendo assim, é necessário compreender melhor a ementa a ser trabalhada. Quais os pontos indispensáveis e o que é requisito para sua construção. Esse aprofundamento será feito no capítulo que se segue.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo apresentamos as análises relacionadas às considerações do professor entrevistado, ao longo da pesquisa, com o encadeamento sobre o ensino patrimonial, na perspectiva da abordagem metodológica da educação patrimonial.

A primeira entrevista, que foi elaborada para entender o funcionamento das disciplinas eletivas nas ECIT, possibilitou o desenvolvimento da ementa que delimita a disciplina sobre a cidade de Itabaiana-PB. Sendo esta apresentada para o professor Alex em formato completo (apêndice I) para que o professor considerasse a viabilidade de se desenvolver a disciplina eletiva apresentada.

A partir da experiência dele em sala de aula e como professor da disciplina de história, por muitos anos e na cidade escolhida para proposta, a contribuição do mesmo para este trabalho me permite entender como acontecem as discussões que permeiam a escola, a eletiva, o patrimônio e a história local.

Além disso, a ementa é o contato inicial que os estudantes têm com a disciplina, o que ressalta ainda mais a necessidade de que ela seja bem elaborada, seguindo os protocolos estabelecidos pela SEDUC-PB, mas também que estimule o interesse dos jovens, como ressaltado pelo professor na primeira entrevista⁸.

A seguir, será encontrado, em formato de ilustração, cada trecho do que foi apresentado ao professor para que ele pudesse avaliar e, conseqüentemente, a opinião dele acerca do recorte exposto. Também será explanada a forma que foi desenvolvida essa primeira ementa e as considerações do professor acerca da mesma, resultando na ementa final (apêndice 2) e na construção do produto deste trabalho, que foi pensado a partir das lacunas identificadas ao longo da coleta de dados da pesquisa.

A elaboração da ementa segue os protocolos estabelecidos no alinhamento para o início do ano letivo de 2021. No documento, ressalta-se que as eletivas são disciplinas temáticas, oferecidas semestralmente, propostas pelos(as) professores(as) e/ou pelos(as) estudantes e objetivam diversificar, aprofundar e enriquecer os conteúdos trabalhados pelas disciplinas da Base Nacional Comum e da Base Técnica (SEDUC-PB, 2021).

⁸ Página 53 deste trabalho.

A ideia acerca da ementa para a disciplina eletiva se deu pela possibilidade de agregar à educação básica o ensino sobre patrimônio e a história local para que se amenizem as lacunas encontradas na perspectiva de sentimento, de pertencimento e identidade dos estudantes. A ementa problematizada a seguir, encontra-se de modo completo no Anexo I deste trabalho.

Neste contexto e sabendo que ela serviu como base para a elaboração do guia, produto deste trabalho, ressaltamos a importância do mesmo no contexto também dos itinerários formativos proposto pelo Novo Ensino Médio.

4.1. Considerações sobre a primeira ementa

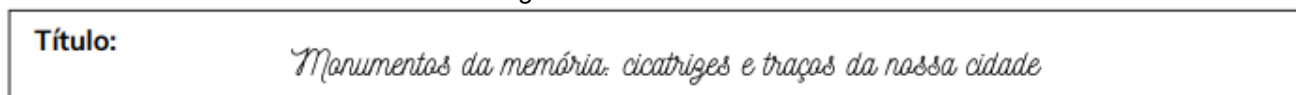
Após o contato inicial, estabelecemos o intervalo de algumas semanas em que no reencontro foi apresentada uma prévia do produto para que o professor fizesse alguns comentários acerca da ementa. Neste encontro, o professor Alex explicou acerca de cada ponto para se trabalhar na disciplina eletiva.

Suas análises apresentadas desde o primeiro contato ressaltam pontos que são necessários de se problematizar para que sejam preenchidas as lacunas que circundam a história local e o patrimônio da cidade de Itabaiana, que é o nosso recorte espacial.

Buscando enfatizar os pontos principais expostos pelo professor no primeiro contato, foi apresentada a ementa, por meio digital, para que o mesmo pudesse tecer suas reflexões acerca da proposta.

No primeiro contato, o professor Alex ressaltou a importância de se desenvolver uma ementa com um título que seja chamativo e elucide a temática que será trabalhada. Apresentamos o título da figura⁹ a seguir:

Figura 2: Título



Fonte: Acervo próprio

O título foi pensado no intento de ressaltar palavras chaves trazendo apontamentos sobre a temática: “monumento e cidade” remetendo a patrimônio e história local. Pedi para que o professor Alex falasse sobre o que ele achou do título,

⁹ As figuras anexadas neste tópico são exemplos da elaboração experimental de uma ementa que serviu de base para o produto deste trabalho.

e o que ele ressaltou foi sobre atentar a importância de explicar o significado dessas palavras aos estudantes. Na opinião dele, é interessante tirar um momento no início da disciplina e explicar bem o que se almeja sobre cada disciplina e deixar o aluno a par de tudo que seja referente à eletiva. Ele defende que esses são os primeiros passos, que são fundamentais, primordiais, para que a eletiva dê certo.

Além disso, definir bem o que “cicatrizes” quer dizer; o que “traços da nossa cidade” quer dizer; ou seja, o que o professor pretende apresentar com este título. Fazer uma boa apresentação aos estudantes e fazer valer o título que você escolheu pra essa eletiva, mostrando o porquê de tê-lo escolhido.

Para essa disciplina, é designado, no alinhamento da Secretária de Educação do Estado, que a ementa seja de caráter interdisciplinar, como aponta a figura 3. No texto do documento, encontra-se o seguinte apontamento:

A eletiva deve ter como característica a interdisciplinaridade, não devendo um(a) único(a) professor(a) assumir uma eletiva que contemple apenas uma disciplina, seja ela da Base Comum ou da Base Técnica (no caso das ECITs). É importante considerar, ainda, que as eletivas devem estar relacionadas aos Projetos de Vida dos(as) estudantes. A eletiva deve ter como característica principal a interdisciplinaridade, devendo integrar, pelo menos, 2 professores(as) e, no mínimo, duas disciplinas, preferencialmente, de áreas distintas (seja ela da base comum ou área técnica) (SEDUC-PB, 2021, p 21).

Sendo assim, para essa ementa foi selecionado a disciplina de Geografia que compõe a área de Ciências Humanas, juntamente com História, por ter um diálogo capaz de enriquecer o conhecimento patrimonial a partir do seu ensino sobre espaços urbanos e rurais, concepção de lugar e paisagem. Também foi selecionada a disciplina de Letras Português, da área de Linguagens, buscando desenvolver a literatura local e perspectivas culturais da cidade em questão, juntamente com as demais disciplinas. Este apontamento se segue na figura a seguir.

Figura 3: Áreas envolvidas



Fonte: Acervo próprio

Apresentado as áreas envolvidas, estas também dialogam com que o professor Alex ressaltou na primeira entrevista e concorda em acrescentar bastante ao diálogo da disciplina de história sobre o tema abordado.

A justificativa que se segue, segundo o ele, deve ser a “porta de entrada da ementa” e é importante defendê-la para que esta seja a disciplina escolhida pelos estudantes. Para tanto, foi apresentada a justificativa que se segue na figura 4.

Figura 4: Justificativa

Justificativa:

O entendimento sobre o patrimônio é norteador na construção da consciência histórica e social para permitir o sujeito se perceber no mundo. Acreditamos que os conhecimentos sobre a história local, aliada ao desenvolvimento significativo da consciência geográfica, social, econômica e cultural, bem como a relevância destes para a cidade, constituem um caminho viável para preservação patrimonial.

Fonte: Acervo próprio

Na opinião dele, a justificativa apresentada precisa melhorar no quesito de explicar de maneira mais clara o que justifica esse tema para o professor, para os estudantes e para a escola. Ou seja, explanar de maneira pontual qual a importância desse tema e porque ele precisa ser levado para o contexto escolar.

Sobre o objetivo da eletiva, que é, basicamente, ampliar e diversificar o aprofundamento de conceitos, procedimentos ou temáticas, bem como o desenvolvimento de habilidades e competências, segue o documento de alinhamento do SEDUC-PB. Na ementa inicial para uma disciplina sobre patrimônio, apontei o seguinte objetivo da figura 5:

Figura 5: Objetivos

Objetivos:

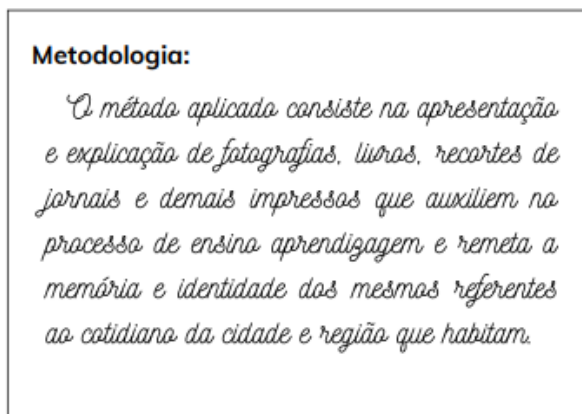
Fortalecer o aprendizado sobre patrimônio através de um ensino sobre a cidade que perpassa pela realidade dos estudantes dialogando acerca dos mais variados aspectos da sociedade desenvolvendo a identidade social e cultural do meio em que vivem.

Fonte: Acervo próprio

Professor Alex ressaltou que poderia separar este objetivo. Por exemplo, criar mais de um, mais curto, mais enxuto. Usar menos “e” que é partícula aditiva criando, mais de um objetivo. Partindo do exposto, apresentar dois ou três objetivos para a ementa.

Para a metodologia busquei elaborar de maneira clara, pois como as eletivas são escolhidas pelos estudantes e a partir do interesse demonstrado na apresentação da ementa, tentei utilizar uma abordagem que pudesse ampliar o conhecimento deles de uma forma mais lúdica e interessante, podendo fazer com que eles interajam de forma direta nesse processo de aprendizagem.

Figura 6: Metodologia



Fonte: Acervo próprio

Neste contexto, o professor Alex me atentou para que nesse ponto eu pudesse ressaltar a questão do uso das tecnologias na minha metodologia. Ele explicou que a eletiva é uma disciplina que se pode trabalhar tanto dentro da escola, como também fora dela. Além de dar a flexibilidade de poder trabalhar com o aluno, fora do circuito da aula, enviando pra eles material, referências, texto por meio digital.

Então na metodologia algo que, na opinião dele, não posso desconsiderar é o uso das ferramentas tecnológicas que estão à disposição do professor. Ou seja, utilizar delas como meio para o desenvolvimento dessa eletiva.

Assim, ele atentou para o uso de aplicativos como o *Instagram*¹⁰, o *Google Meet*¹¹, o *Whatsapp*¹², este último, segundo ele, podendo criar um grupo específico para a disciplina, abordando o patrimônio, e disponibilizando algum tipo de material

¹⁰ Instagram é uma rede social de fotos. Trata-se de um aplicativo gratuito que pode ser baixado e, a partir dele, é possível tirar fotos com o celular, aplicar efeitos nas imagens e compartilhar com seus amigos. Disponível em: <<https://canaltech.com.br/redes-sociais/o-que-e-instagram/>>. Acessado em: 06/12/2021.

¹¹ Google Meet é uma plataforma de videoconferências do Google. Disponível em: <<https://www.techtudo.com.br/listas/2021/08/como-funciona-o-google-meet-veja-perguntas-e-respostas-sobre-o-app.ghml>>. Acessado em: 06/12/2021.

¹² O WhatsApp é um aplicativo de troca de mensagens e comunicação em áudio e vídeo pela internet. Disponível em: <<https://olhardigital.com.br/2018/12/20/noticias/whatsapp-historia-dicas-e-tudo-que-voce-precisa-saber-sobre-o-app/>>. Acessado em: 06/12/2021.

para leitura. Além disso, tem o *Google Forms*¹³, onde se pode fazer teste, interpretações de textos, atividades.

O professor ressaltou a importância de utilizar as ferramentas tecnológicas para além do cenário da COVID-19, que perdura até os dias atuais, como metodologias que não se pode deixar de lado, pois elas oferecem um vasto suporte metodológico a nós professores. Nessa primeira ementa, sobre a metodologia, faltou um pouco disso e ele fez esse alerta.

Na figura 7, apresentam-se os temas geradores para cada aula, podendo ser divididas em mais de uma, foram pensadas na interação dos demais professores. Os temas foram selecionados pensando no aporte teórico de cada disciplina, estas se apresentando, dentro de sua perspectiva de atuação, os mais variados aspectos da história local.

Figura 7: Conteúdo Programático

<p>Conteúdo programático:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Formação da cidade: mudanças geográficas e históricas.</i> 2. <i>Ciclo político-administrativo: consolidação da cidade, chefes políticos, influência da administração no desenvolvimento municipal.</i> 3. <i>Ciclo cultural: eventos, jornais, revistas, artistas importantes.</i> 4. <i>Ciclo de urbanização: nomes das ruas, praças, chegada dos símbolos modernos (telefone, luz, água encanada, etc.).</i> 5. <i>Ciclo econômico: desenvolvimento comercial, feiras, artesanato, ferrovias.</i> 6. <i>Ciclo religioso e escolar: igrejas e escolas relevantes da cidade</i> 7. <i>Reflexões sobre patrimônio: discussão sobre a importância e a preservação.</i>
--

Fonte: Acervo próprio

Sobre o conteúdo programático, a opinião dele foi que no começo, seja separada uma aula para explanação da ementa e deixar para começar com o conteúdo prático e referente ao tema na próxima aula. Para o professor, deixar uma aula reservada para que os estudantes fiquem cientes de como funcionará a disciplina, e o que eles podem esperar dela e dos professores, é crucial para um bom andamento das aulas.

Outro ponto é apresentar o próprio conteúdo programático. É muito importante que tenha um momento para apresentar aos alunos à temática, dizer como é que vai trabalhar. E, ainda, perguntar se eles têm conhecimento das ferramentas tecnológicas propostas na metodologia, pois, se necessário, o professor precisa ensiná-los para poder mediar essa interação.

¹³ O Google Forms é um serviço gratuito para criar formulários online. Nele, o usuário pode produzir pesquisas de múltipla escolha, fazer questões discursivas, solicitar avaliações em escala numérica, entre outras opções. Disponível em: <<https://www.techtudo.com.br/dicas-e-tutoriais/2018/07/google-forms-o-que-e-e-como-usar-o-app-de-formularios-online.ghtml>>. Acessado em: 06/12/2021.

Além disso, existe uma situação pedagógica, de educação, que exige uma do professor para lidar com essas pessoas que são do Ensino Médio. Na maioria das vezes, eles ainda têm carência de muito conteúdo, algumas lacunas ainda do Ensino Fundamental, como apontou Alex.

Então, para o professor, esse contato inicial onde nos alinhamos com as demandas dos estudantes, é essencial para que a aula possa correr e ninguém fique para trás, com dificuldade. Esse cuidado no conteúdo programático é muito importante e necessário para o desenvolvimento da disciplina.

Nesse contexto, perguntei se o teor das aulas estava de acordo com o que ele acreditava ser suficiente para trabalhar a temática, e sua opinião foi de que ele achou que tinha muito a palavra “ciclo” (Ciclo da política, ciclo cultural, ciclo de urbanização etc.).

Para ele, seria melhor utilizar outros comandos para deixar o trabalho mais diversificado. Para tirar um pouco dessa repetição é possível associar a títulos mais atraentes, como “etapas”, por exemplo. Para mostrar que a cada etapa será apresentado algo diferente, melhor, novo, e se está avançando.

O professor apontou que, vendo assim, poderia passar a ideia de que toda a disciplina eletiva, da primeira a última aula, vai trabalhar dentro de um só sistema. E na opinião dele, isso para o aluno de Ensino Médio, poderia acabar soando menos atrativa.

Mais que isso, ressaltou que se pudesse detalhar como, por exemplo, nos momentos que precisar sair do ambiente escolar, posto que, na opinião dele, não tem como trabalhar patrimônio, durante todo esse processo, em sala de aula, então é preciso levá-los ao local para que eles possam compreender as várias faces do patrimônio e da história da cidade.

Ele enfatizou, ainda, a importância de se ter a sensibilidade, de tornar a linguagem da eletiva atraente para o estudante, para que quando ele ler a proposta ele tenha interesse em participar dela. Quanto mais torná-la uma atividade interessante, uma atividade empolgante, que leve o estudante a ver sentido, gostar e se interessar, já que ele não é obrigado a estar ali, é um processo de escolha.

O professor Alex explicou que não seria necessário inventar, pensando na construção da ementa que essencialmente com uma linguagem mais voltada para propaganda, mas sim pensar atividades criativas e que possam sair do convencional, colocando o que realmente será desenvolvido ao longo das aulas.

Inclusive, uma das dicas do professor seria, a título de exemplo, após eles estarem com o entendimento sobre patrimônio amadurecido, selecionar alguns locais da cidade e dialogar com eles sobre qual local eles desejam fazer a visitação extraescolar dentro do leque de espaços apresentados e previamente selecionado pelos professores. Conforme os locais forem visitados, vai riscando da lista.

Sobre as habilidades selecionadas, estas compreendem as disciplinas envolvidas e foram escolhidas por se relacionarem melhor com a proposta. Desse modo, foram selecionadas cinco (5) habilidades de Ciências Humanas e três (3) de Linguagens, como mostra a figura abaixo.

Figura 8: Propulsão

Habilidades envolvidas (propulsão):
<p><i>Ciências Humanas.</i></p> <p>(EM13EH3104) <i>Analisar objetos da cultura material e imaterial como suporte de conhecimentos, valores, crenças e práticas que singularizam diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.</i></p> <p>(EM13EH3204) <i>Comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, territorialidades e fronteiras, identificando o papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais) e considerando as conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas.</i></p> <p>(EM13EH3206) <i>Compreender e aplicar os princípios de localização, distribuição, ordem, extensão, conexão, entre outros, relacionados com o raciocínio geográfico, na análise da ocupação humana e da produção do espaço em diferentes tempos.</i></p> <p>(EM13EH3401) <i>Identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos e classes sociais diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e das novas formas de trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços e contextos.</i></p> <p>(EM13EH3503) <i>Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas causas, significados e usos políticos, sociais e culturais, avaliando e propondo mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.</i></p>
<p><i>Linguagens.</i></p> <p>(EM13LP23) <i>Analisar formas não institucionalizadas de participação social, sobretudo as vinculadas a manifestações artísticas, produções culturais, intervenções urbanas e formas de expressão típica das culturas juvenis que pretendam expor uma problemática ou promover uma reflexão, posicionando-se em relação a essas produções e manifestações.</i></p> <p>(EM13LP35) <i>Analisar os interesses que movem a campo jornalístico, os impactos das novas tecnologias no campo e as condições que fazem da informação uma mercadoria e da checagem de informação uma prática (e um serviço) essencial, adotando atitude analítica e crítica diante dos textos jornalísticos.</i></p> <p>(EM13LP45) <i>Compartilhar sentidos construídos na leitura/escuta de textos literários, percebendo diferenças e eventuais tensões entre as formas pessoais e as coletivas de apreensão desses textos, para exercitar o diálogo cultural e aguçar a perspectiva crítica.</i></p>

Fonte: Acervo próprio

O professor concordou com as habilidades apresentadas e confirmou acreditar serem as necessárias para o desenvolvimento, do ponto de vista da disciplina de história, das aulas acerca da história local e do patrimônio.

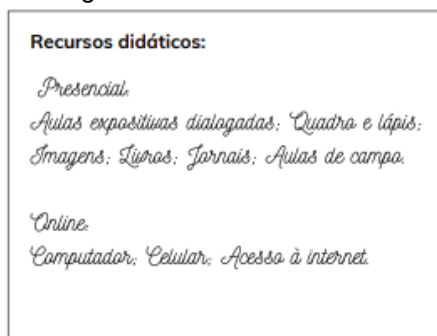
Os recursos didáticos correspondem às opções das aulas presenciais e online, que devido à pandemia do Covid-19¹⁴, forçou o ensino remoto nas escolas de todo país. A proposta de apresentar imagens, livros e jornais, comum na interação

¹⁴ Dados mais específicos disponíveis em: <<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>. Acessado em: 30 de agosto de 2021.

interpessoal, também se aplicam ao meio virtual, mas com a mediação do computador ou celular com acesso a internet.

Dessa forma, eles foram organizados da seguinte maneira:

Figura 9: Recursos didáticos



Fonte: Acervo próprio

Perguntei se, no contexto da pandemia, a utilização das ferramentas digitais auxiliara na apresentação, no desenvolvimento do ensino sobre os patrimônios aos estudantes, mesmo que por meio virtual e não presencial, e o professor explicou que as eletivas têm um tempo de duração que nas duas modalidades dá para balancear esse material.

Na opinião do professor Alex, é importante que a intermediação do material, tanto no meio físico quanto no virtual, precisar ser cuidadosamente pensada e elaborada. Exemplificou a utilização da imagem, de poder ampliar para fazer uma análise melhor, mais crítica. Além disso, ele enfatizou a importância do professor como força motriz para que a aula desenvolva de maneira mais instigante:

O que torna a aula interessante, não é a disciplina por si só. É a forma como o professor conduz a disciplina. Tem formas que o professor conduz de maneira atrativa e tem forma que não. [...] A aula se torna interessante de acordo com o cabedal cultural que o professor traz pra aula. Se o professor é um professor seco, se ele não lê, se ele não gosta de conhecimento, ele não gosta de leitura, a aula de história, realmente, vai ficar muito a desejar. [...] Repito, isso depende do professor. Com boas leituras, bons livros... Sempre trazendo coisas boas para o aluno e sempre mostrando pro aluno que há sentido sim dele estar na sala de aula, porque é horrível quando ele tá na sala de aula e ele tá diante de um professor e ele se pergunta “pra que” que ele tá ali “porquê eu tô aqui assistindo essa aula?” Quando o aluno chega a uma pergunta dessa é muito ruim isso, é muito chato...é muito triste. O aluno tem que olhar pro professor e tem que sentir que há sentido ele tá ali. Que ele tá ali vai aprender, que a aula será um momento revolucionário, será um momento de produção de novas ideias. Um momento de uma mudança na noção de mundo, de uma capacidade de enxergar a realidade de outras formas. Quando o professor consegue isso, a aula se torna um evento revolucionário. E tem que ser. (Professor Alex, 21/08/2021).

Ainda mencionou que quando um estudante diz que não gosta da disciplina de história, o professor disse considerar isso um preconceito, uma definição muito apressada. Para ele, pode ser que o aluno não goste como alguns professores trabalham a disciplina de história.

Nesse contexto, ele acredita que é importante trabalhar o patrimônio de forma extraclasse: levá-los para uma praça, para visitar uma casa antiga, para visitar um local que fornece uma comida que tem um peso cultural naquela localidade, que é um patrimônio; tirar o aluno da escola e levar para um local onde ele conheça uma dança específica da sua região e até conhecer artistas que trabalham com o artesanato.

Esse modelo de conhecimento é edificante para o estudante, porque o coloca em contato com a sua própria história, dando a ele uma compreensão maior também do ambiente que o cerca, apresentando a ele um passado e o fazendo entender fatos que não são da época dele, mas que é tão intrínseca no seu cotidiano.

Figura 10: Duração da eletiva

Duração da eletiva:

(Colocar a data referente aos 6 meses programados).

Fonte: Acervo próprio

A duração da disciplina eletiva é de geralmente seis meses, podendo o mesmo professor desenvolver duas ao longo do ano, em temas diferentes ou não. A duração é padrão. No final de cada semestre letivo, os professores desenvolvem uma atividade de culminância com a turma.

Sobre esse evento final a cada semestre, o professor Alex explicou que funciona com todas as eletivas juntas, onde cada uma tem aproximadamente 10 minutos cada apresentação. Geralmente, nesse momento o próprio aluno apresenta o que ele aprendeu sobre o tema. Pode-se fazer uma apresentação compartilhada, ou pode deixá-lo se apresentar sozinho nesse momento.

Assim, foi proposta para a culminância dessa ementa, a seguinte atividade:

Figura 11: Culminância

Culminância:

Será proposta que os alunos escolham uma foto antiga que tenham em sua residência e refaça a mesma foto, no mesmo lugar, se possível, com os mesmos atores sociais do cenário, de modo a analisar o impacto do antes e depois dentro do contexto fotográfico.

Fonte: Acervo próprio

Essa culminância foi pensada a fim de apontar, de fato, o impacto do antes e depois que vemos no patrimônio da cidade: tentar reproduzir o mais fiel possível fotos antigas da cidade. O professor Alex disse que essas imagens podem ser apresentadas, no dia da culminância, para toda comunidade pedagógica. Para que eles próprios também consigam captar o impacto que tem as questões que envolvem o patrimônio.

De fato, como já existem algumas imagens acerca da cidade, mesmo que se procure reproduzir nos tempos de hoje, vai haver muitas diferenças. As pessoas, as roupas, o próprio ambiente já pode ter sofrido algum tipo de alteração. A fotografia como o momento que ela capta uma fração ali da história. E que essa fração é muito importante, salientou ele.

Sobre o método avaliativo, a base que me apoiei para avaliar o estudante, trata-se da análise do contexto amplo da disciplina, do começo ao fim. A participação, frequência, debate e atividades serão tomados como norte no processo avaliativo, como apresentado na figura 12.

Figura 12: Avaliação

Avaliação:

Será utilizada como base, de caráter avaliativo, a realização e entrega das atividades práticas e teóricas, além da participação e do debate durante o desenvolvimento da disciplina.

Fonte: Acervo próprio

O professor ressaltou que a ementa, após os ajustes apresentados, estava de acordo com o que ele acreditava ser um conteúdo atraente e suficiente para uma boa aplicação da disciplina eletiva, como a que foi pensada.

A partir do exposto e da análise dessa segunda entrevista com o professor Alex, é possível perceber a importância do papel do professor como mediador da proporção e do alcance que essa eletiva pode contribuir na discussão sobre o patrimônio e a história local além da sala de aula e no campo do ensino. Para que,

desse modo, os estudantes consigam entender e contribuir com práticas que perpassam pelas medidas de preservação e conservação histórica cultural da cidade de Itabaiana-PB.

4.2. Sobre o processo de ensino-aprendizagem

A partir do exposto até então, questões levantadas desde o começo deste trabalho, parecem caminhar para algumas possibilidades de respostas. Como trazer o ensino sobre patrimônio para a sala de aula de maneira mais didática e que forneça mais aproximação com a realidade dos estudantes? Eu diria, com base na conjuntura dessa pesquisa, que utilizando do conhecimento do estudante acerca da sua cidade, do seu bairro, da sua casa. Perguntando quais histórias ele já ouviu sobre a cidade, se ele sabe como surgiu seu bairro ou, ainda, quais as ligações familiares seus antepassados desenvolveram. Deixando-o perceber que ele também é história e faz história.

Ainda, como desenvolver o sentimento de pertencimento e identidade acerca da cidade que eles moram? Essa pergunta também perpassa pela resposta anterior, com um adendo: ensinando sobre a história da sua cidade e como ela desenvolve influência no cenário regional. Mas não só isso, também ressaltando as influências externas que exercem intervenção na vivência dela (por exemplo: conflitos nacionais, movimentos populares, modernização etc.).

E como fazê-los perceber a importância da preservação cultural da sua cidade? Através da Educação Patrimonial que ressalta a importância de fazer com que os estudantes entendam o valor da memória na construção da história.

A partir do exposto, torna-se claro a importância do debate que perpassa o patrimônio e como a educação pode auxiliar na relação da memória social da cidade para enfatizar e resguardar os lugares de memória dela.

Dessa forma, pode-se pensar com mais amplitude a preservação patrimonial, para que se possa realçar ainda mais a “função social maior” que este tem. Nas palavras de Chuva (2014), “a função social a que nos referimos é a da preservação do patrimônio cultural da nação. Trata-se, então, do interesse coletivo, que deve sobrepor-se ao interesse individual de dispor livremente de sua propriedade” (CHUVA, 2014, p. 208).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho permitiu que se fosse questionado a forma como o professor de história lida com o tema sobre patrimônio, bem como ele passa o ensino dessa temática na sala de aula.

Quando nos deparamos com um sistema escolar que de um lado não tem espaço para desenvolver a temática, mas por outro vem se adaptando a formas de ensino que permite o aluno se tornar protagonista de suas escolhas o leque de possibilidades se abre para o professor se tornar guia nesse processo.

O sistema de eletivas nas escolas cidadãs integrais do governo da Paraíba nos mostra um exemplo disso. Com a perspectiva de um ensino voltado para o protagonismo e projetos de vida do estudante, as disciplinas eletivas agregam às escolhas do aluno como cidadão e como ser humano, permitindo que estes escolham os temas de mais interesse tanto profissional quanto pessoal para cursar.

E neste contexto, colocar o professor de história como ponte do conhecimento patrimonial se torna imprescindível nesse processo. Revisitando a formação desses profissionais, onde muitas vezes é preciso se reencontrar na busca por uma capacitação contínua em meio aos percalços da vida pessoal e profissional, percebe-se que a importância do ensino é de apresentar um cenário confortável e cheio de possibilidades, ao se trabalhar o cotidiano dos estudantes, da sua cidade, podendo acrescentar ainda mais nesse processo de ensino-aprendizagem.

A proposta de se trabalhar com patrimônio ressalta a importância de nos entender enquanto cidadãos no mundo. De entender nosso impacto social, cultural e histórico na nossa comunidade; na nossa história e na dos outros. Com este tema renasce a iminência de se perceber enquanto seres formadores de um sentimento nacional em meio a um mundo cheio de comparações.

Para que isso realmente seja possível, ressalta-se a importância de se trabalhar o patrimônio na sala de aula dentro da perspectiva que vai além do que é colocado como o padrão de uma determinada elite cultural e que muitas vezes silencia os verdadeiros atores da história e das transformações factuais.

Assim, destaca-se o apontamento de Walter Benjamin (2012), onde este ressalta que é preciso “escovar a história a contrapelo” para dar voz aos ecos silenciados ao longo da história e que hoje se encontram no limbo do esquecimento. Assim, fazer

ressurgir essas vozes emudecidas da história e do patrimônio local, por meio da prática educativa em sala de aula, é um pequeno passo de desconstrução da narrativa dos que se mantem na hegemonia social.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Gervácio Batista. **Seduções do moderno na Parahyba do Norte: Trem de ferro, Luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925)**. In A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultura. – 2 ed. João Pessoa: Idéia, 2005.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 8. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura/** Walter Benjamin; tradução Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin – 8ª Ed. Revista – São Paulo: Brasiliense, 2012 – (Obras Escolhidas v. 1).

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos /** Circe Maria Fernandes Bittencourt – 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o poder simbólico**. In: BOURDIEU, Pierre et al. O poder simbólico. 1989.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF: 6 dez. 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em: 22 de outubro de 2021.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**; tradução Maria Letícia Ferreira. São Paulo, SP: Contexto, 2011.

CASTRO, Paula Almeida de. **Tornar-se aluno: identidade e pertencimento um estudo etnográfico**. 2011. 159 f. Tese. (Doutorado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CECÍLIO, Camila. **Novo Ensino Médio: como preparar os alunos para escolher itinerários formativos**. Nova Escola. 10 de dezembro. 2019. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/18760/novo-ensino-medio-como-preparar-os-alunos-para-escolher-itinerarios-formativos>>. Acesso em: 13 de abril de 2021.

CERRI, Luís Fernando. **Ensino de história e consciência histórica** – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. Arte e comunicação. Lisboa/Portugal. 2014.

HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. (Tradução: Laurent Léon Schaffter). Paris: Presses Universitaires de France, 1968.

IPHAN. **Salvaguarda de bens registrados: patrimônio cultural do Brasil**. Apoio e fomento/ coordenação e organização Rívia Ryker Bandeira de Alencar. – Brasília: IPHAN, 2017.

CHUVA, Márcia. **Patrimônio Cultural no Brasil: práticas e instituições**. In.: **Patrimônio cultural**. V. 1. / Claudia Baeta Leal, Luciano dos Santos Teixeira, Márcia Chuva. - Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2014.

CHUVA, Márcia. **O ofício do historiador: sobre ética e patrimônio cultural**. IN: **Anais da I Oficina de Pesquisa: a pesquisa histórica no IPHAN** / Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência. – Rio de Janeiro; IPHAN, Copedoc, 2008.

LE GOFF, Jacques. **Documento Monumento**. In: **História e Memória**. São Paulo: Editora da UNICAP, 1990.

MAGALHÃES, Fernando. **Questões sobre a dicotomia património material/imaterial**. Revista Animação e Educação, Leiria, nº 13, pp. 1-14. 2011.

MAIA, Sabiniano. **Itabaiana: sua história, suas memórias**. 3ª ed. – Itabaiana, 2015.

NEVES, Joana. História local e construção da identidade social. Saeculum, p. 13-27, Jan./Dez./1997

NOGUEIRA, Antônio. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. **Antíteses**, v. 7, n. 14, p. 45-67, jul. - dez. 2014.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, 10, 7-28, 1993.

PAIM, Elison Antonio; PICOLLI, Vanessa. **Ensinar história regional e local no ensino médio: experiências e desafios**. História & Ensino: Londrina, 2007.

PALHANO, Romualdo Rodrigues. **ITABAYANNA – Entre fatos e fotos / Romualdo Rodrigues Palhano**. – João Pessoa: Sal da Terra, 2014.

PEIXOTO, Paula. **Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades**. Sociologia Revista da Faculdade de letras da Universidade do Porto. v. 13. 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano**. Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio. Pelotas, v. 2, n. 4. p. 09-17. 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário**. Revista brasileira de História, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.

POLLACK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RÉGIS, Nycole de Araújo; PEREIRA, Charles Andrade. Itabaiana: uma análise dos efeitos da carência de conscientização patrimonial como ameaça à memória edificada. **Pluralidade de temas e aportes teórico-metodológicos na pesquisa**

em história [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – PSonta Grossa, PR, p. 279-283. Atena, 2020.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas** / Roberto Jarry Richardson; colaboradores José Augusto de Souza Peres... (et al.). -. 3. ed. - 14. reimpr. - São Paulo Atlas, 2012.

SEDUC-PB, 2021. **Diretrizes Operacionais das escolas cidadãs integrais, escolas cidadãs integrais técnicas & escolas cidadãs integrais socioeducativas da Paraíba**. Secretaria do Estado da Educação e das Ciências e Tecnologia. Paraíba, 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/13yxdxYYrLw8zn_EzuEMdh0G1-wkTYeJ0/view>. Acessado em: 30 de agosto de 2021.

TARDIFF, Maurice. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**; tradução de João Batista Kreuch. 6. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação** - São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1986.

TOLENTINO, Átila Bezerra. **Educação Patrimonial e construção de identidades: diálogos, dilemas e interfaces**. Rev. CPC, São Paulo, n. 27 especial, p.133-148, jan./jul.2019.

TOLENTINO, Átila Bezerra. **O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática**. Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas. João Pessoa: IPHAN-PB, 2016. p. 39-48. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_educacao_patrimonial_05.pdf>. Acesso em: 12 de julho de 2021.

TOURGEON, Laurier. **Do material ao imaterial. Novos desafios, novas questões**. Geosaberes, Fortaleza, v. 5, número especial (1), p. 67 - 79, dez. 2014.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e pesquisa**, v. 31, p. 443-466, 2005.

APÊNDICE A – GUIA DE ELABORAÇÃO PARA A EMENTA DE UMA DISCIPLINA SOBRE PATRIMÔNIO

GUIA DE ELABORAÇÃO

PARA A EMENTA DE UMA DISCIPLINA SOBRE PATRIMÔNIO

Como fazer a justificativa?

Explique de maneira clara e objetiva qual a importância de conhecer a história local e o patrimônio da cidade. É importante explicar porque você escolheu desenvolver este trabalho na escola.

E SOBRE O OBJETIVO?

Elabore ao menos 3 objetivos, sendo eles claros, concisos e diretos, de forma que sejam o mais coerente possível com a proposta do patrimônio e do desenvolvimento do seu trabalho.

O que colocar no título?

É importante se ter em mente que é a partir do título da ementa que os estudantes vão ter o primeiro contato com a proposta da disciplina. O título precisa ser elaborado de maneira atrativa e demonstre o tema que será trabalhado ao longo dela, nesse caso, o patrimônio.

Quais as disciplinas envolvidas?

Exponha quais as disciplinas que mais dialogam com a temática sobre patrimônio. Você pode escolher até três (3) disciplinas para compartilhar as experiências ao longo do semestre com você. Também é importante colocar o nome dos professores participantes.

O QUE COLOCAR NA METODOLOGIA?

Apresente a sua metodologia de ensino e forma de abordar o tema na sala de aula. Explique como pretende trabalhar o tema sobre patrimônio e ressalte a importância dos recursos didáticos no processo.

Como faço o conteúdo programático?

Descreva de maneira sucinta os temas geradores de cada aula que será desenvolvida ao longo da disciplina sobre o patrimônio. É nesse tópico que você vai apresentar os assuntos das aulas (quais patrimônios você irá apresentar, quais histórias você irá se ater), ou seja, toda a base do seu ensino e que servirá para desenvolver o patrimônio nos mais variados aspectos.

Como seleciono os recursos didáticos?

Descreva o que vai utilizar durante as aulas como método facilitador no processo de ensino aprendizagem. Ressaltar o uso de ferramentas tecnológicas no desenvolver da disciplina para enriquecer o ensino desse tema e se for precisar de aulas extraclasse, também expor.

O QUE FAZER NA CULMINÂNCIA?

Elabore uma ou mais atividades que perpassem pelo tema patrimonial e as descreva a fim de efetivar, juntamente com os estudantes e a comunidade pedagógica, um momento de conclusão da disciplina.

Como escolher as habilidades?

No documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), encontra-se opções de habilidades que remete questões sobre identidade, história local e noção de preservação patrimonial para serem trabalhadas ao longo da disciplina. Importante escolher e colocar as habilidades de todas as áreas envolvidas.

Precisa explicar a duração?

Sim. É importante deixar claro o período de duração da disciplina e o você estar ciente sobre o que pretende desenvolver ao longo desse período acerca do patrimônio.

E SOBRE A AVALIAÇÃO?

Descreva quais as suas opções e métodos de análise quantitativo para avaliar os estudantes durante a duração da sua disciplina.

NÃO ESQUEÇA DAS REFERÊNCIAS!

BOA SORTE!

EMENTA ELETIVA

Modelo

Título:

Monumentos da memória: traços da nossa cidade

Disciplinas/Áreas envolvidas:

História, Geografia e Língua Portuguesa

Professores envolvidos:

Mariana, Luís e Eduarda.

Justificativa:

Sabemos que o patrimônio cultural de uma cidade conta sobre sua história e auxilia na formação da identidade dos habitantes desse local. No entanto, mesmo sendo uma cidade de importância em sua região, o patrimônio de Itabaiana é negligenciado e vive em constante ameaça de deixar de existir. Apresentamos uma proposta a fim de abarcar o debate patrimonial e a história local na tentativa de desenvolver uma reflexão acerca do patrimônio da cidade enfatizando a construção da consciência histórica e social do sujeito no mundo que o cerca.

Objetivos:

Desenvolver um ensino sobre a cidade, por meio da história local, na tentativa de servir como meio de incentivo à preservação do patrimônio cultural da cidade de Itabaiana-PB.

Metodologia:

O método aplicado é a abordagem da educação patrimonial. Além disso, o percurso metodológico consiste na explanação de fotografias, livros, recortes de jornais e demais impressos que auxiliem no processo de ensino aprendizagem remetendo a memória e identidade referentes ao cotidiano da cidade e região que os estudantes habitam.

Conteúdo programático:

1. Aula inicial de apresentação da disciplina.
2. Formação da cidade: mudanças geográficas e históricas.
3. Sobre as questões político-administrativo: consolidação da cidade, chefes políticos, influência da administração no desenvolvimento municipal.
4. Cultura da cidade: eventos, jornais, revistas, artistas importantes.
5. Ciclo de Urbanização: nomes das ruas, praças, chegada dos símbolos modernos (telefone, luz, água encanada, etc.).
6. Desenvolvimento econômica: desenvolvimento comercial, feiras, artesanato, ferrovias.
7. Desenvolvimento religioso e escolar: igrejas e escolas relevantes da cidade
8. Noções sobre patrimônio: discussão sobre a importância e a preservação.

Habilidades envolvidas (propulsão):**Ciências Humanas:**

(EM13CHS104) Analisar objetos da cultura material e imaterial como suporte de conhecimentos, valores, crenças e práticas que singularizam diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.

(EM13CHS204) Comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, territorialidades e fronteiras, identificando o papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais) e considerando os conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas.

(EM13CHS206) Compreender e aplicar os princípios de localização, distribuição, ordem, extensão, conexão, entre outros, relacionados com o raciocínio geográfico, na análise da ocupação humana e da produção do espaço em diferentes tempos.

(EM13CHS401) Identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos e classes sociais diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e das novas formas de trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços e contextos.

(EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas causas, significados e usos políticos, sociais e culturais, avaliando e propondo mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.

Linguagens:

(EM13LP23) Analisar formas não institucionalizadas de participação social, sobretudo as vinculadas a manifestações artísticas, produções culturais, intervenções urbanas e formas de expressão típica das culturas juvenis que pretendam expor uma problemática ou promover uma reflexão/ação, posicionando-se em relação a essas produções e manifestações.

(EM13LP35) Analisar os interesses que movem o campo jornalístico, os impactos das novas tecnologias no campo e as condições que fazem da informação uma mercadoria e da checagem de informação uma prática (e um serviço) essencial, adotando atitude analítica e crítica diante dos textos jornalísticos.

(EM13LP45) Compartilhar sentidos construídos na leitura/escuta de textos literários, percebendo diferenças e eventuais tensões entre as formas pessoais e as coletivas de apreensão desses textos, para exercitar o diálogo cultural e aguçar a perspectiva crítica.

Recursos didáticos:

Presencial: Aulas expositivas dialogadas; Quadro e lápis; Imagens; Livros; Jornais.

Extra classe: Aulas de campo.

Online: Computador; Celular; Acesso à internet.

Duração da eletiva:

Segundas à tarde: 14:30

Início: 21/06/2021

Término: 20/12/2021

Culminância:

Será proposto que os alunos escolham uma foto antiga que tenham em sua residência e refaça a mesma foto, no mesmo lugar, se possível, com os mesmos atores sociais do cenário, de modo a analisar o impacto do antes e depois dentro do contexto fotográfico.

Avaliação:

Utilizaremos como base, de caráter avaliativo, a realização e entrega das atividades práticas e teóricas, além da participação e do debate durante o desenvolvimento da disciplina.

Referências:

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. Livros didáticos e currículos de Geografia, Pesquisas e usos: uma história a ser contada. O ensino de geografia e suas composições curriculares. Porto Alegre: UFRGS, p. 155-168, 2011.

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura/ Walter Benjamin; tradução Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin – 8ª Ed. Revista – São Paulo: Brasiliense, 2012 – (Obras Escolhidas v. 1).

BITTENCOURT, Circe Fernandes. Reflexões sobre o ensino de História. Estudos Avançados [online]. 2018, v. 32, n. 93 [Acessado 12 Julho 2021], pp. 127-149. Disponível em: <<https://doi.org/10.5935/0103-4014.20180035>>. ISSN 1806-9592. <https://doi.org/10.5935/0103-4014.20180035>.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

PINHEIRO, Helder; NÓBREGA, Marta. Literatura e ensino: aspectos metodológicos e críticos. Campina Grande: EDUEFG, 2014.

SANTOS, Milton. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1985.

Referências:

TOLENTINO, Átila Bezerra. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas. João Pessoa: IPHAN-PB, 2016. p. 39-48. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_educacao_patrimonial_05.pdf>. Acesso em: 12 de julho de 2021.

_____. Educação patrimonial e construção de identidades: diálogos, dilemas e interfaces. Revista CPC, [S. l.], v. 14, n. 27esp, p. 133-148, 2019. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v14i27espp133-148. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/158560>. Acesso em: 17 jul. 2021.

ZAMBONI, Ernesta. Representações e linguagens no ensino de história. Revista Brasileira de História, v. 18, p. 89-102, 1998.

Espaço para preenchimento de acordo com as instruções anteriores.

EMENTA SOBRE PATRIMÔNIO

Título:

Disciplinas/Áreas envolvidas:

Professores envolvidos:

Justificativa:

Objetivos:

Metodologia:

Conteúdos programáticos:

Habilidades envolvidas:

Recursos didáticos:

Duração da disciplina:

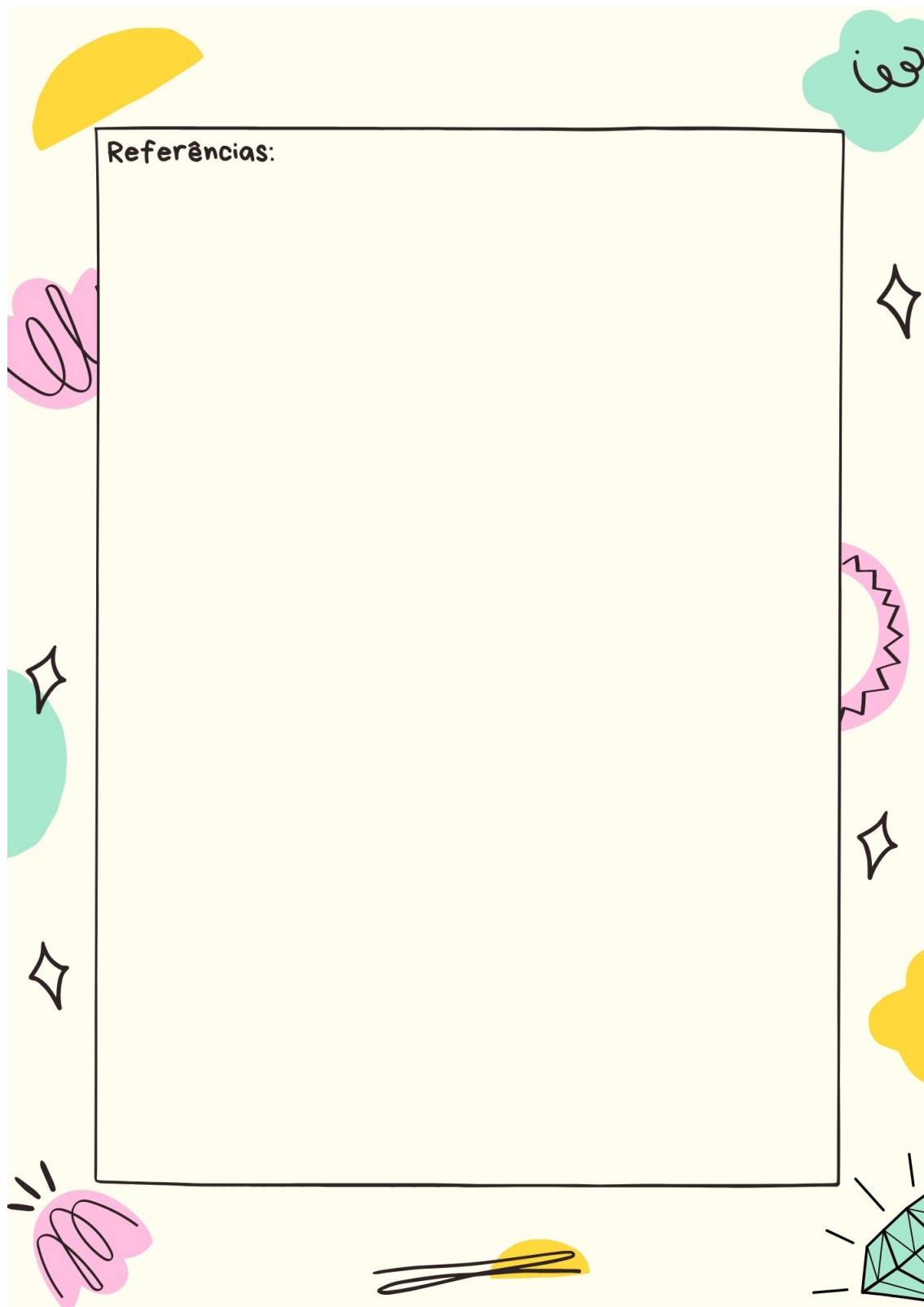


Culminância:

Avaliação:

Referências:

The page is decorated with various colorful elements: a yellow semi-circle at the top left, a green cloud with a black squiggle at the top right, a pink cloud with a black squiggle on the left side, a pink cloud with a black squiggle at the bottom left, a yellow semi-circle at the bottom center, and a green diamond with black lines at the bottom right. There are also several black four-pointed star shapes scattered around the page.



Referências:

ANEXO A – EMENTA I

EMENTA ELETIVA

Título:	<i>Monumentos da memória: cicatrizes e traços da nossa cidade</i>
Disciplinas/Áreas envolvidas:	<i>História, Geografia e Linguagens</i>
Professores envolvidos:	<i>(nome dos professores)</i>
Justificativa:	<i>O entendimento sobre o patrimônio é norteador na construção da consciência histórica e social para permitir o sujeito se perceber no mundo. Acreditamos que os conhecimentos sobre a história local, aliada ao desenvolvimento significativo da consciência geográfica, social, econômica e cultural, bem como a relevância destes para a cidade, constituem um caminho viável para preservação patrimonial.</i>
Objetivos:	<i>Fortalecer o aprendizado sobre patrimônio através de um ensino sobre a cidade que perpassa pela realidade dos estudantes e dialogue acerca dos mais variados aspectos da sociedade desenvolvendo a identidade social e cultural do meio em que vivem.</i>
Metodologia:	<i>O método aplicado consiste na explanação de fotografias, livros, recortes de jornais e demais impressos que auxiliem no processo de ensino aprendizagem remetendo a memória e identidade referentes ao cotidiano da cidade e região que os estudantes habitam.</i>
Conteúdo programático:	<ol style="list-style-type: none"> <i>1. Formação da cidade: mudanças geográficas e históricas.</i> <i>2. Ciclo político-administrativo: consolidação da cidade, chefes políticos, influência da administração no desenvolvimento municipal.</i> <i>3. Ciclo cultural: eventos, jornais, revistas, artistas importantes.</i> <i>4. Ciclo de urbanização: nomes das ruas, praças, chegada dos símbolos modernos (telefone, luz, água encanada, etc.).</i> <i>5. Ciclo econômico: desenvolvimento comercial, feiras, artesanato, ferrovias.</i> <i>6. Ciclo religioso e escolar: igrejas e escolas relevantes da cidade</i> <i>7. Noções sobre patrimônio: discussão sobre a importância e a preservação.</i>

Habilidades envolvidas (propulsão):*Ciências Humanas:*

(EM13EH3104) Analisar objetos da cultura material e imaterial como suporte de conhecimentos, valores, crenças e práticas que singularizam diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.

(EM13EH3204) Comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, territorialidades e fronteiras, identificando o papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais) e considerando os conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas.

(EM13EH3206) Compreender e aplicar os princípios de localização, distribuição, ordem, extensão, conexão, entre outros, relacionados com o raciocínio geográfico, na análise da ocupação humana e da produção do espaço em diferentes tempos.

(EM13EH3401) Identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos e classes sociais diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e das novas formas de trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços e contextos.

(EM13EH3503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas causas, significados e usos políticos, sociais e culturais, avaliando e propondo mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.

Linguagens:

(EM13LP23) Analisar formas não institucionalizadas de participação social, sobretudo as vinculadas a manifestações artísticas, produções culturais, intervenções urbanas e formas de expressão típica das culturas juvenis que pretendam expor uma problemática ou promover uma reflexão/ação, posicionando-se em relação a essas produções e manifestações.

(EM13LP35) Analisar os interesses que movem o campo jornalístico, os impactos das novas tecnologias no campo e as condições que fazem da informação uma mercadoria e da checagem de informação uma prática (e um serviço) essencial, adotando atitude analítica e crítica diante dos textos jornalísticos.

(EM13LP45) Compartilhar sentidos construídos na leitura/escuta de textos literários, percebendo diferenças e eventuais tensões entre as formas pessoais e as coletivas de apreensão desses textos, para exercitar o diálogo cultural e aguçar a perspectiva crítica.

Recursos didáticos:

Presencial.
Aulas expositivas dialogadas; Quadro e lápis;
Imagens; Livros; Jornais; Aulas de campo.

Online.
Computador; Celular; Acesso à internet.

Duração da eletiva:

(Colocar a data referente aos 6 meses programados).

Culminância:

Será proposta que as alunas escolham uma foto antiga que tenham em sua residência e refaça a mesma foto, no mesmo lugar, se possível, com os mesmos atores sociais do cenário, de modo a analisar o impacto do antes e depois dentro do contexto fotográfico.

Avaliação:

Será utilizada como base, de caráter avaliativo, a realização e entrega das atividades práticas e teóricas, além da participação e do debate durante o desenvolvimento da disciplina.

Referências:

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. Livros didáticos e currículos de Geografia, Pesquisas e usos: uma história a ser contada. O ensino de geografia e suas composições curriculares. Porto Alegre: UFRGS, p. 155-168, 2011.

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura/ Walter Benjamin; tradução Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin – 8ª Ed. Revista – São Paulo: Brasiliense, 2012 – (Obras Escolhidas v. 1).

BITTENCOURT, Circe Fernandes. Reflexões sobre o ensino de História. Estudos Avançados [online]. 2018, v. 32, n. 93 [Acessado 12 Julho 2021], pp. 127-149. Disponível em: <<https://doi.org/10.5935/0103-4014.20180035>>. ISSN 1806-9592. <https://doi.org/10.5935/0103-4014.20180035>.

Referências:

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

PINHEIRO, Hélder; NÓBREGA, Marta. Literatura e ensino: aspectos metodológicos e críticos. Campina Grande: EDUFCCG, 2014.

SANTOS, Milton. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1985.

TOLENTINO, Átila Bezerra. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas. João Pessoa: IPHAN-PB, 2016. p. 39-48. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_educacao_patrimonial_05.pdf>. Acesso em: 12 de julho de 2021.

_____. Educação patrimonial e construção de identidades: diálogos, dilemas e interfaces. Revista CPC, [S. l.], v. 14, n. 27esp, p. 133-148, 2019. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v14i27espp133-148. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/158560>. Acesso em: 17 jul. 2021.

ZAMBONI, Ernesta. Representações e linguagens no ensino de história. Revista Brasileira de História, v. 18, p. 89-102, 1998.

ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO CEP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA
PARAÍBA - PRÓ-REITORIA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA / UEPB - PRPGP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: "Memórias da cidade": o ensino sobre patrimônio e história local em uma disciplina eletiva da Escola Cidadã Integral

Pesquisador: BRITO I. W. B. A.

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 50489721.2.0000.5187

Instituição Proponente: Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.029.439

Apresentação do Projeto:

LÊ-SE:

O trabalho propõe uma abordagem de ensino sobre a cidade de Itabaiana, para alunos do ensino médio regular, através de uma disciplina eletiva na escola integral, dentro da perspectiva do novo ensino médio, visando à contribuição da consciência crítica, no âmbito social, cultural, histórico e patrimonial acerca da cidade. No contexto do modelo pedagógico exercido pelas escolas integrais da Paraíba, adaptadas à metodologia do novo ensino médio, é que será elaborado o produto desta pesquisa. Será desenvolvida uma disciplina eletiva, que consiste em uma disciplina temática, oferecida semestralmente, proposta pelos professores e que tem como objetivo diversificar, aprofundar e enriquecer os conteúdos trabalhados nas disciplinas do currículo. Dessa forma, o produto desenvolvido irá contemplar uma ementa multidisciplinar para uma disciplina eletiva que será desenvolvida com os alunos que cursam o ensino médio no sistema de escola integral. O debate multidisciplinar será desenvolvido buscando dialogar com as disciplinas Geografia e Português, cada uma utilizando de suas competências e habilidades que auxiliem e encaminhem para o desenvolvimento do conhecimento acerca da cidade. A ementa será apresentada a um professor de História onde este irá avaliar as condições e viabilidade da aplicação do produto. Para o desenvolvimento da pesquisa e aplicação da mesma, serão utilizados como aporte teórico-metodológico autores que desenvolvem trabalhos na área da Pesquisa-Ação, como por exemplo,

Endereço: Av. das Baraúnas, 351- Campus Universitário
Bairro: Bodocongó **CEP:** 58.109-753
UF: PB **Município:** CAMPINA GRANDE
Telefone: (83)3315-3373 **Fax:** (83)3315-3373 **E-mail:** cep@setor.uepb.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA
PARAÍBA - PRÓ-REITORIA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA / UEPB - PRPGP



Continuação do Parecer: 5.029.439

Thiollent (2011), El Andaloussi (2004), Dionne (2007) e Barbier (2002), ressaltando a importância desse método com uma das metodologias participantes que mais podem contribuir com as pesquisas aplicadas e interventivas que são realizadas nos mestrados profissionais na área do ensino

Objetivo da Pesquisa:

LÊ-SE:

Objetivo Primário: Explorar sobre como o ensino sobre a cidade no ensino médio pode ajudar no processo de preservação do patrimônio local.

Objetivo Secundário: Discutir sobre a proposta do novo ensino médio, bem como o funcionamento das disciplinas eletivas na escola integral. Descrever acerca da relevância a constituição do conhecimento sobre a cidade nos âmbitos histórico, social e cultural. Explicar a elaboração da ementa e da sequência didática da disciplina eletiva para o ensino médio integral.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O PESQUISADOR ACATOU COM TODAS AS RECOMENDAÇÕES SUGERIDAS, NO QUE DIZ RESPEITO AOS RISCOS, COMO MINIMIZÁ-LOS E OS BENEFÍCIOS DA PESQUISA, VISTO QUE, A ANÁLISE DE RISCOS É COMPONENTE IMPRESCINDÍVEL À ANÁLISE ÉTICA, DELA DECORRENDO O PLANO DE MONITORAMENTO QUE DEVE SER OFERECIDO PELO SISTEMA CEP/CONEP EM CADA CASO ESPECÍFICO.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A PROPOSTA DO PROJETO É RELEVANTE, PERTINENTE E APRESENTA IMPACTO SOCIAL.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

FORAM APRESENTADOS TODOS OS TERMOS OBRIGATÓRIOS

Recomendações:

APÓS O TÉRMINO DA PESQUISA, ENVIAR O RELATÓRIO FINAL, ATRAVÉS DA PLATAFORMA

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

DIANTE DO EXPOSTO, SOMOS DE PARECER FAVORÁVEL, SENDO PORTANTO APROVADO.

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: Av. das Baraúnas, 351- Campus Universitário
Bairro: Bodocongó **CEP:** 58.109-753
UF: PB **Município:** CAMPINA GRANDE
Telefone: (83)3315-3373 **Fax:** (83)3315-3373 **E-mail:** cep@setor.uepb.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA
PARAÍBA - PRÓ-REITORIA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA / UEPB - PRPGP



Continuação do Parecer: 5.029.439

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1743698.pdf	28/09/2021 22:03:52		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLETALESASS.pdf	28/09/2021 22:03:26	BRITO I. W. B. A.	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TAGVSASS.pdf	08/09/2021 18:55:12	BRITO I. W. B. A.	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_final.pdf	28/07/2021 23:21:41	BRITO I. W. B. A.	Aceito
Declaração de concordância	Decla.pdf	28/07/2021 23:19:39	BRITO I. W. B. A.	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	termo.pdf	28/07/2021 23:16:12	BRITO I. W. B. A.	Aceito
Folha de Rosto	folha_pronta.pdf	27/04/2021 15:35:08	BRITO I. W. B. A.	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMPINA GRANDE, 08 de Outubro de 2021

Assinado por:
Valeria Ribeiro Nogueira Barbosa
(Coordenador(a))

Endereço: Av. das Baraúnas, 351- Campus Universitário
Bairro: Bodocongó **CEP:** 58.109-753
UF: PB **Município:** CAMPINA GRANDE
Telefone: (83)3315-3373 **Fax:** (83)3315-3373 **E-mail:** cep@setor.uepb.edu.br